

Quem disse ?

«Pôr em causa esta prestação de última instância (Rendimento Mínimo Garantido) é pôr em causa a luta contra a pobreza nas suas formas mais extremas»

Paulo Pedrosa

Público, 1 de Julho



Director **António José Seguro** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt

ANTÓNIO GUTERRES

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

JORGE COELHO

MANUEL ALEGRE

MEDEIROS FERREIRA

Opinião

Defesa

Reequipar e reformar

Aproveitar a actual situação para «continuar a reforma das Forças Armadas, no sentido da sua valorização e adequação às necessidades do País», são as metas delineadas para a Defesa pelo novo titular da pasta, o ministro Rui Pena.

Na tomada de posse (terça-feira, dia 3), o governante declarou que as missões atribuídas às Forças Armadas «não podem ser postas em causa por razões conjunturais» de natureza financeira.

No mesmo dia, em entrevista à RTP, o primeiro-ministro, António Guterres, fez questão de vincar que só depois de assumir a chefia do Governo se começaram a empenhar forças de combate em missões de paz integradas na NATO e assegurou que Portugal é o quarto país da União Europeia que mais gasta com as Forças Armadas.

Segundo o primeiro-ministro, a pesada «herança recebida» neste sector «exige uma reforma profunda».

«Como todas as organizações, também as Forças Armadas têm dificuldade em aceitar mudanças profundas», afirmou, frisando que o ministro da Defesa «não pode ser o embaixador das Forças Armadas no Governo».

Na entrevista concedida à televisão pública, Guterres declarou também ser essencial «manter o sector da Defesa com uma certa pressão orçamental», já que tal «fará acelerar a velocidade das reformas».

Como medidas integradas na reforma do sector, o chefe do Executivo socialista falou na necessidade de aumentar os poderes do chefe de Estado Maior General das Forças Armadas e de acelerar a integração de alguns serviços dos três ramos militares.

No que respeita ao reequipamento das Forças Armadas, Guterres manteve a ideia de adquirir três submarinos, considerando a compra como de importância estratégica fundamental para a Defesa Nacional.



Quioto, África e Médio Oriente marcaram a reunião do Conselho da Internacional Socialista (IS), realizada nos dias 29 e 30, em Lisboa, em que o presidente desta organização, camarada António Guterres, voltou a insistir na necessidade de regular a globalização.

«A globalização permitiu progressos ao nível do comércio, da produtividade e da tecnologia, mas também foi responsável pelo agravamento da dualidade entre países ricos e pobres», afirmou Guterres, na intervenção que efectuou no primeiro dia do Conselho.

Política

Estado da Nação A solução socialista



O primeiro-ministro, António Guterres, foi ao Parlamento, no passado dia 28, para falar sobre o Estado da Nação e denunciar as tentativas de desestabilização do País que há muito entretêm a direita.

Perante o pessimismo que se fez sentir no hemiciclo de São Bento, o primeiro-ministro acusou a oposição de ter como único objectivo derrubar o Executivo, sem terem um programa alternativo para o País.

Política

XIV Governo Constitucional Novas caras para enfrentar as dificuldades



O Presidente da República, Jorge Sampaio, empossou, no dia, 3 os sete novos ministros do Governo socialista. Guilherme d'Oliveira Martins (Finanças e Presidência), Rui Pena (Defesa), Braga da Cruz (Economia), Júlio Pedrosa (Educação), Correia de Campos (Saúde), Augusto Santos Silva (Cultura) e António José Seguro (Adjunto do primeiro-ministro) são os novos membros do XIV Governo Constitucional.



Internacional Socialista

Mais de 800 delegados de todo o mundo estiveram presentes no Pavilhão Atlântico, em Lisboa, no final da passada semana, na reunião do Conselho da Internacional Socialista (IS).

Entre estas centenas de delegados presentes, encontravam-se os mediáticos ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, Shimon Peres, e o presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, para participarem numa reunião cujos temas centrais abarcaram o protocolo de Quioto, a OMC, a pobreza em África e a paz no Médio Oriente. António Guterres, na sua curta intervenção inicial, definiu a IS como uma organização global, que tem uma agenda de reformas para regular a globalização. «A globalização permitiu progressos ao nível do comércio, da produtividade e da tecnologia, mas também foi responsável pelo agravamento da dualidade entre países ricos e pobres», denunciou o presidente da IS.

Como ideias essenciais para a IS, Guterres colocou a necessidade de reformar instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), defendendo, ainda a criação de blocos regionais fortes para contrariar um mundo dominado por uma potência hegemónica. «A política tem de ter o primado sobre a economia. É esta ideia que caracteriza os socialistas em todo o mundo», afirmou.

Guterres condenou também os países que se recusaram a aceitar o Protocolo de Quioto sobre limitação da emissão de gases para a atmosfera, subordinando as questões ambientais «à lógica do lucro». A este propósito, foi amplamente criticada pelos congressistas, a posição dos Estados Unidos, que rotularam de «inaceitável» e «egoísta», por se recusarem a ratificar o documento, alegando que vai contra os interesses do país. A propósito da aplicação do Protocolo de Quioto, a IS lembra que os países ricos devem partilhar as responsabilidades, devendo não só começar já a reduzir as suas emissões como dar a sua contribuição aos países em desenvolvimento, sob a forma de transferência de nova tecnologia. Para o líder dos socialistas portugueses a «IS tem de dizer a todo o mundo que os governos socialistas em todos os continentes vão ratificar rapidamente o protocolo de Quioto». «Se queremos resolver o desafio climático, é preciso que o mundo inteiro utilize uma energia que seja mais renovável», assinala a resolução aprovada, encorajando os países a desenvolverem estratégias para implementar fontes de energia renováveis.



JS PROMOVE CONFERÊNCIA PARA A PAZ E DESARMAMENTO

«Eleitos os delegados ao V Congresso do PS» e «JS vai promover uma conferência para a paz e desarmamento» eram as duas manchetes da primeira página do «Acção Socialista» de 7 de Julho de 1983.

Era o tempo da preparação de mais uma reunião magna dos socialistas e de mais uma oportuna iniciativa da JS, então liderada pela camarada margarida Marques, num momento em que se assistia a um recrudescimento da guerra-fria.

«O milhão de dólares gasto por minuto em armamento é um insulto aos povos carenciados», afirmava a JS numa declaração sobre a Paz, responsabilizando por esta situação as duas superpotências.

A merecer ainda destaque nesta edição as intervenções de alguns ministros socialistas durante a discussão do programa de Governo, bem como uma biografia do primeiro-ministro e dos governantes socialistas do IX Governo constitucional.

J. C. C. B.

7 de Julho

Quem disse?

«Há que garantir que a promoção habitacional seja preponderantemente de custos moderados, compatível com o espectro da procura e não marginalizando os estratos mais desfavorecidos»

Rosado Correia



Remodelação

Sampaio exclui hipótese de governo de iniciativa presidencial

O Presidente da República, Jorge Sampaio, disse, no dia 2, na Madeira, que o Governo não pode perder mais tempo e tem de ir ao encontro das expectativas dos portugueses. «Amanhã haverá a posse dos novos ministros e, a partir daí, creio, o Governo não tem tempo a perder para ir ao encontro das expectativas dos portugueses e da resolução dos problemas nacionais», afirmou o Presidente, antes de embarcar para Lisboa. «Só desta forma – continuou – será possível consolidar e reforçar as instituições da República, assegurar o desenvolvimento e garantir a autoridade democrática do Estado». Sampaio afastou a sugestão absurda do presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, de formação

de um governo de iniciativa presidencial. «Qualquer iniciativa desse tipo está completamente fora do meu horizonte, não há nenhuma razão para voltarmos atrás em matéria do nosso regime constitucional», garantiu.

Jorge Sampaio presidiu no domingo à cerimónia solene comemorativa do «Dia da Região Autónoma da Madeira, das Comunidades Madeirenses e do 25º Aniversário da Autonomia Política», que decorreu na Assembleia Legislativa Regional. Nesta sessão, Sampaio lembrou que a autonomia é cooperação em dois sentidos – do País para a região e desta para o País – e reafirmou que a «unidade e a autonomia não comportam conteúdos que se possam contradizer».

Ciência

Portugal e Índia acordam cooperação

Os ministros da Ciência e da Tecnologia de Portugal e da Índia concretizaram na passada terça-feira, dia 3, a iniciativa de cooperação bilateral negociada há três anos assinando, em Lisboa, um programa de acção para 2001 e 2002.

Mariano Gago e Murli Manohar Joshi assinaram um programa abarcando áreas temáticas como a oceanografia, tecnologias da informação, biologia celular e molecular, biotecnologia e ciências dos materiais.

Trata-se de dar sequência ao acordo bilateral de cooperação científica e tecnológica Portugal/Índia estabelecido em 1998.

Atendendo à importância dos recursos marinhos dos dois países, foi igualmente assinado um Memorando de Entendimento na área das Ciências do Mar, anunciou o Ministério da Ciência e da Tecnologia.

Segundo o ministério, este memorando visa estreitar as relações entre as instituições científicas e tecnológicas dos dois países que desenvolvem investigação,



nomeadamente nas áreas da energia dos oceanos, detecção remota para a monitorização dos oceanos, gestão da zona costeira integrada e robótica submarina.

O ministro indiano visitou Lisboa a convite do seu homólogo Mariano Gago.

Soares recebe Prémio Especial do Clube Internacional de Imprensa

O ex-Presidente da República e ex-líder do PS, camarada Mário Soares, foi galardoado com o Prémio Especial do Clube Internacional de Imprensa pela sua «personalidade e trajectória» política.

De acordo com um comunicado distribuído pelo clube, que integra alguns jornalistas espanhóis, conselheiros de imprensa de embaixadas e correspondentes estrangeiros, Mário Soares é distinguido por ser «um lutador infatigável pela paz, liberdade, democracia e os direitos humanos, dentro

e fora do seu país».

«Assim o demonstrou na sua longa trajectória, em que se destaca seu exílio e luta contra a ditadura no seu país, seu protagonismo na descolonização das colónias e no seu trabalho pela unidade europeia», refere o texto.

O trabalho da Fundação Mário Soares no desenvolvimento da paz na Ásia, África e América Latina é também sublinhado pelo Clube Internacional de Imprensa.

O prémio vai ser entregue no próximo mês de Outubro numa cerimónia em Madrid.

GUTERRES INSISTE NA NECESSIDADE DE REGULAR A GLOBALIZAÇÃO

Quioto, África e Médio Oriente marcaram a reunião do Conselho da Internacional Socialista (IS), realizada nos dias 29 e 30, em Lisboa, em que o presidente desta organização, camarada António Guterres, voltou a insistir na necessidade de regular a globalização.

«A globalização permitiu progressos ao nível do comércio, da produtividade e da tecnologia, mas também foi responsável pelo agravamento da dualidade entre países ricos e pobres», afirmou Guterres, na intervenção que efectuou no primeiro dia do Conselho.

O presidente da Internacional Socialista, camarada António Guterres, considerou no dia 30 «histórica» a reunião do Conselho da organização, em Lisboa, por ter permitido juntar Shimon Peres e Yasser Arafat, contribuindo para a paz no Médio Oriente.

O camarada António Guterres falava numa conferência de Imprensa, no final da reunião do Conselho da IS, que juntou na capital portuguesa cerca de 800 delegados, bem como chefes de Estado e primeiros-ministros de países europeus e da África, assim como personalidades com funções de relevo em instituições internacionais como as Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio.

António Guterres referiu «o prazer pessoal» que teve em reunir o ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel e o líder da Autoridade Palestiniana sexta-feira à noite, durante três



horas, na sua residência oficial.

No entanto, o primeiro-ministro sublinhou que Arafat e Peres, em São Bento, «não fizeram qualquer negociação».

«Tiveram um conversa calma, em ambiente tranquilo, longe da tensão que caracteriza as grandes reuniões», acrescentou.

Sobre os resultados da conversa entre o chefe da diplomacia israelita e o líder da Autoridade Palestiniana, o presidente da IS recusou-se a revelar pormenores, apenas tendo adiantado que, no Médio Oriente, «os próximos sete dias serão decisivos».

«Nesses sete dias terão de cessar

completamente os conflitos, para que se possa retomar o teor do relatório Mitchell e iniciar-se o caminho do comboio da paz», disse, usando uma expressão de Shimon Peres.

Para o líder da IS, «é absolutamente necessário acabar com o clima de violência no Médio Oriente e retomar as conversações políticas entre israelitas e palestinianos».

Na conferência de Imprensa, o presidente da IS sublinhou ainda a resolução aprovada no Conselho de Lisboa a favor da rápida ratificação do protocolo de Quioto sobre a introdução de limites à emissão de gases

poluentes para a atmosfera.

António Guterres referiu igualmente as resoluções com incidência na Organização Mundial do Comércio e sobre a situação em África, documentos que «provaram que os socialistas têm maior eficácia do que os neoliberais».

Em matéria de política africana, a IS apoiou a preparação de uma conferência de paz sobre todos os países que registam conflitos. Guterres considerou, no entanto, não ser aceitável que «as regras da globalização financeira condenem a África à miséria e ao subdesenvolvimento».

J. C. C. B.

Resolução IS quer ratificar Protocolo de Quioto

A Internacional Socialista (IS) está determinada a fazer tudo o que puder para preservar a validade do Tratado de Quioto e encoraja todos os outros signatários do protocolo, assim como as organizações não governamentais, a também tudo fazerem para que sejam respeitados os seus objectivos.

Esta declaração integra a resolução sobre o desenvolvimento sustentável aprovada no Conselho de Lisboa da IS, segundo a qual «hoje, mais do que nunca, é tempo de relançar e renovar os esforços mundiais a favor do ambiente».

A IS insiste na necessidade de ratificar o Protocolo de Quioto antes da cimeira de Joanesburgo sobre desenvolvimento sustentável em 2002, 10 anos depois da

cimeira do Rio de Janeiro, e defende que os Estados Unidos, como responsáveis por 25 por cento das emissões totais dos gases com efeito de estufa, devem «desempenhar um papel construtivo».

A administração presidida por George W. Bush recusou a ratificação do protocolo, alegando, pasme-se, que o mesmo punha em causa interesses nacionais, decisão que a IS classificou, num comunicado emitido a 3 de Abril, de «inaceitável», com «falta de visão e egoísta».

A propósito da aplicação do Protocolo de Quioto, a IS lembra que os países ricos devem partilhar as responsabilidades, devendo não só começar já a reduzir as suas emissões como dar a sua contribuição aos países em desenvolvimento, sob a

forma de transferência de nova tecnologia. Defende ainda a IS que os governos em todo o mundo consagrem recursos importantes à cooperação com as comunidades científicas e empresariais, visando promover a criação de novas tecnologias.

«Se queremos resolver o desafio climático, é preciso que o mundo inteiro utilize uma energia que seja mais renovável», assinala a resolução, encorajando os países a desenvolverem estratégias para implementar fontes de energia renováveis. A IS declara ainda que terá um papel activo na preparação da cimeira de Joanesburgo, cujo desafio principal é, adianta, transformar em compromissos a vontade de «promover a igualdade, a solidariedade, o respeito da

natureza e a partilha das responsabilidades para a gestão do desenvolvimento económico, social e ambiental».

«O segredo do desenvolvimento sustentável está na participação voluntária de todos os países, nomeadamente dos ricos, na governação internacional e na vontade de controlar os mercados financeiros em pleno crescimento. A IS encoraja todas as nações a participarem no processo de instauração de um desenvolvimento sustentável e de uma parceria mundial, apoiada na solidariedade e igualdade entre os países e os continentes», salienta a resolução. A sessão sobre a ratificação do Protocolo de Quioto ocorreu sexta-feira, primeiro dia de trabalhos do Conselho da IS.

A SOLUÇÃO SOCIALISTA

O primeiro-ministro, António Guterres, foi ao Parlamento, no passado dia 28, para falar sobre o Estado da Nação e denunciar as tentativas de desestabilização do País que há muito entretêm a direita.

Perante o pessimismo que se fez sentir no hemiciclo de São Bento, o primeiro-ministro acusou a oposição de ter como único objectivo derrubar o Executivo, sem terem um programa alternativo para o País.

Falando após o encerramento do debate do Estado da Nação, António Guterres disse não se sentir fragilizado com a exigência do PSD e do CDS-PP para que abandone o Governo e frisou que foi o único «a apresentar propostas e soluções alternativas para os problemas do País».

«O normal é que as eleições legislativas apenas ocorram de quatro em quatro anos. Seria absurdo e prejudicial ao País que se andasse sempre em eleições», comentou o chefe do Executivo, defendendo, uma vez mais, «o valor da estabilidade política».

Questionado sobre a intenção do líder do PSD, Durão Barroso, de pedir ao chefe de Estado uma mudança de Governo, Guterres respondeu: «Esse é um problema entre o PSD e o senhor Presidente da República».

O primeiro-ministro acusou o PSD e o CDS-PP de estarem a propagar «teses de catástrofe absurdas» sobre a situação económica do País com o objectivo de desmantelarem o Estado Social.

Na sua intervenção inicial, Guterres salientou que o debate do estado da nação se encontrava já marcado por dois elementos essenciais: o abrandamento da actividade económica e «o fortíssimo ataque das forças políticas de direita, numa tentativa de descredibilizar a actuação do Governo e do primeiro-ministro».

Por essa razão, o chefe do Governo disse ter definido como um dos objectivos a denúncia «enérgica e determinada da tese repetida à exaustão nos últimos tempos, sobretudo por parte dos partidos à direita do PS, de que o País está em crise, à beira do abismo, com a economia a caminho do caos».

Outras metas que traçou para a discussão parlamentar, acrescentou Guterres, passaram por «apontar os verdadeiros problemas do País» e «contribuir para o restabelecimento de um clima de confiança, para que não predomine um clima de pessimismo face à verdadeira realidade do País».

«A tese da catástrofe é absurda e só pode querer prejudicar Portugal e os portugueses», protestou o chefe do Governo, para quem esta ideia «tem de ser vigorosamente combatida, por ser falsa e por ser o indicador visível de um projecto



para o País assente no desmantelamento do estado social e na desregulação do mercado de trabalho».

«Um projecto cujas consequências são tais que o PSD, o CDS-PP e aqueles que os apoiam nem sempre têm a coragem para o assumir publicamente», disse.

Tentando identificar as metas subjacentes «à lógica da catástrofe», que atribuiu ao PSD e ao CDS-PP o primeiro-ministro disse acreditar que, no fundo, se trata do «melhor argumento para a adopção de soluções radicais que muitos reclamam e que se baseiam na substituição dos traços essenciais do modelo social europeu por outros que, em nome de uma eficácia duvidosa, desumanizam a sociedade e limitam os direitos de cidadania».

Guterres, que abriu o debate, num reiterado esforço por demonstrar que o País não está a viver qualquer crise, mas apenas um abrandamento da situação económica, assegurou, mais uma vez, que o Executivo socialista tem medidas para responder aos problemas.

A título exemplificativo, o primeiro-ministro anunciou que o Governo se prepara para assinar em Julho 280 contratos com o sector privado para um volume de investimentos na ordem dos 380 milhões de contos.

Discursando no debate do Estado da Nação, o chefe do Executivo socialista afirmou que os investimentos se inserem no âmbito do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (SIME).

Dos 380 milhões de contos, o governante declarou que 95 milhões de contos serão aplicados em projectos com tecnologias

de ponta.

Ainda de acordo com Guterres, para fazer face às actuais dificuldades na economia portuguesa, o Executivo decidiu «acelerar fortemente o Plano Operacional da Economia com objectivos quantificados, de forma a relançar o investimento público e privado».

Tentáculos neoliberais

No campo político, António Guterres denunciou sobretudo o PSD e o CDS-PP por se encostarem à defesa de políticas neoliberais, que têm como finalidade colocar em causa as medidas sociais a favor dos mais carenciados.

Como novidades, anunciou aumentos das pensões sociais e rurais entre 5000 e 2500 escudos respectivamente, a partir deste mês, e referiu que existem em projecto investimentos privados na ordem dos 380 milhões de contos, que serão aprovados pelo Executivo em breve.

Por seu turno, o ministro dos Negócios Estrangeiros acusou o PSD de se distanciar do Governo para defender propostas neoliberais e de ter como única ideia o fim da tributação das mais-valias nas operações financeiras.

Falando no encerramento do debate do Estado da Nação, Jaime Gama disse que a proposta de Durão Barroso de abolir as tributação das mais-valias, constante na reforma fiscal, «seria única ao nível da União Europeia», incluindo a própria Irlanda.

«Essa opção distingue-nos», observou o governante, acusando o líder laranja de defender apenas, ao nível da fiscalidade,

«a exclusão de uma categoria de rendimentos».

«Dos argumentos da oposição, porque medidas alternativas não apresentaram, deduz-se o aproveitamento da crise económica para mudar radicalmente os modelos das políticas públicas de saúde, para abolir o rendimento mínimo garantido e pôr em causa os méritos da segurança social, avançando com a precariedade laboral», denunciou o ministro dos Negócios Estrangeiros.

De acordo com Jaime Gama, o Governo, pelo contrário, «tem o objectivo claro de introduzir correcções na política económica, mantendo os níveis de despesa social».

Descoordenação à Direita

O líder parlamentar do PS apontou, por sua vez, a descoordenação estratégica entre o PSD e o CDS-PP como exemplo de uma ausência de alternativa credível ao actual Governo.

No discurso no debate parlamentar sobre o Estado da Nação, Francisco Assis disse que a intervenção do líder do CDS-PP apenas teve como finalidade «lançar um repto ao PSD, ao fim de 18 minutos de críticas superficiais ao Governo».

Assis referia-se ao desafio lançado por Portas no sentido de que toda a oposição chumbasse sexta-feira o Orçamento Rectificativo e provocasse eleições antecipadas.

O líder da bancada socialista admitiu mal-estar e alguma desconfiança no País em relação à actuação do Governo, garantindo, porém, que «os socialistas não abdicarão, nem desistirão de governar, porque estão no Governo em nome de um projecto político».

Rectificações aprovadas

O Orçamento Rectificativo foi aprovado, na passada sexta-feira, dia 29, em votação final global, na Assembleia da República, com os votos a favor do PS, a abstenção do PSD e os votos contra do CDS/PP, BE, PCP e PEV.

A discussão do orçamento rectificativo ficou marcada pela agitação em torno da remodelação governamental.

Uma dia antes foi a vez da aprovação da Lei de Enquadramento Orçamental, que estabelece as regras de elaboração e controlo das contas públicas.

O documento obteve os votos a favor do PS, PCP e BE e os votos contra do PSD e CDS/PP.

A Assembleia da República aprovou ainda, na quinta-feira, com os votos a favor do PS e dos partidos à sua esquerda e a abstenção da direita parlamentar, uma proposta que autoriza o Governo a transferir competências em processos especiais dos tribunais para o Ministério Público, as conservatórias e os cartórios notariais.

NOVAS CARAS PARA ENFRENTAR AS DIFICULDADES

O Presidente da República, Jorge Sampaio, empossou, no dia, 3 os sete novos ministros do Governo socialista.

Guilherme d'Oliveira Martins (Finanças e Presidência), Rui Pena (Defesa), Braga da Cruz (Economia), Júlio Pedrosa (Educação), Correia de Campos (Saúde), Augusto Santos Silva (Cultura) e António José Seguro (Adjunto do primeiro-ministro) são os novos membros do XIV Governo Constitucional.

Sete ministros tomaram posse, terça-feira, num processo de remodelação governamental que ficou marcado pelo empoamento mediático e por falsas especulações.

O primeiro-ministro, António Guterres, garantiu que só tinha intenção de remodelar no passado sábado, mas «especulações» sobre um encontro que teve na manhã de sexta-feira com Jorge Sampaio acabaram por acelerar o processo.

O objectivo de Guterres nesta quinta remodelação governativa foi fazer escolhas de pessoas com «indiscutível prestígio técnico e académico».

Com a remodelação, o primeiro-ministro pretendeu também desmontar a tese de



que o leque de escolhas para ministros do Governo se encontrava esgotado.

Desta vez, nenhum secretário de Estado foi promovido a ministro e apenas se registou uma transferência de uma pasta para outra: o caso de Augusto Santos Silva, que transitou da Educação para a Cultura.

Guilherme d'Oliveira Martins passou a acumular a pasta da Presidência com a das Finanças e entraram para o Executivo três personalidades de centro-esquerda: o reitor da Universidade de Aveiro, Júlio Pedrosa, o ex-dirigente do CDS Rui Pena e o presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte, Braga da Cruz.

Guterres sublinhou, na passada sexta-feira,

dia 29, que a maioria dos novos ministros do Governo é independente.

As declarações do primeiro-ministro foram proferidas no final da audiência com o Presidente da República, no Palácio de Belém, depois de ter apresentado a Jorge Sampaio uma proposta de remodelação do seu Governo.

Segundo António Guterres, a maioria dos novos membros do Executivo «são personalidades independentes e com reconhecido mérito na vida pública». Interrogado sobre a possibilidade de apresentar uma moção de confiança na Assembleia da República, o chefe do Governo rejeitou uma vez mais essa hipótese.

«Não quero abrir uma crise política, que prejudicaria o País», explicou, antes de adiantar que o Executivo «quer cumprir a legislatura até ao fim, enfrentando as dificuldades».

«Não tenho medo de eleições legislativas antecipadas, mas, da mesma forma que as recusei quando se dizia que eram favoráveis ao PS, também agora a minha opinião não

mudou», sublinhou o primeiro-ministro.

A este propósito, Guterres deixou ainda um recado: «A minha opinião não muda em função dos interesses partidários.»

Outro sector que tem gerado polémica nos meios de Comunicação social é o da Defesa Nacional.

O novo titular da pasta, Rui Pena, afirmou, na sua cerimónia de posse, que apesar dos cortes anunciados, as missões das Forças Armadas são para cumprir e «não podem ser postas em causa por razões conjunturais», devendo aproveitar-se para «fazer uma reforma como deve ser».

Pena fez saber que o seu ministério não terá uma Secretaria de Estado, apostando assim no trabalho directo com as chefias militares. Após a tomada de posse, o novo ministro das Finanças, Oliveira Martins, desmistificou a ideia de qualquer «crise económica», atribuindo os problemas da economia portuguesa a «factores externos e internos», revelando ainda que dará prioridade à concertação social como instrumento para o «restabelecimento de um clima de confiança no País».

MARY RODRIGUES

Entrevista à RTP Guterres explica remodelação aos portugueses

O Governo socialista não virou à direita com a última remodelação. Foi esta a garantia deixada, no passado dia 3, pelo primeiro-ministro, António Guterres, em entrevista concedida à RTP.

A conversa de quase duas horas, que decorreu com a jornalista Maria Elisa, na residência oficial do primeiro-ministro, abordou essencialmente os temas das políticas de defesa, saúde, educação e economia.

Falando da dificuldade inerente ao processo de remodelação governativa, Guterres considerou natural que «as pessoas não gostem de ser objecto de remodelação».

«Remodelar é sempre uma decisão penosa e custa-me fazer isso no plano humano», acrescentou.

No que respeita ao sector da saúde, António Guterres considerou que «os progressos até agora registados em termos de aumento do número de consultas e de serviços aos utentes são ainda insuficientes» e reconheceu problemas de desperdício no domínio da gestão.

«Em matéria de saúde, o Governo não tem tabus, mas já definiu duas questões centrais: o Estado tem a responsabilidade por assegurar a cobertura universal dos cuidados de saúde e o Serviço Nacional de Saúde (SNS) terá de continuar a ser a coluna vertebral do sistema», apontou.

No entanto, admitiu que o sector privado possa prestar importantes serviços ao SNS numa lógica de complementaridade.

No que respeita à área da educação, o primeiro-ministro garantiu que respeitará a especificidade da Universidade Católica, justificando os cortes em termos de apoios do Estado com a necessidade de «o País acabar com os subsídios a fundo perdido».

«Nessa matéria, entendo que o Governo não pode recuar», disse, apontando esta medida do ex-ministro da Educação em relação à Universidade Católica como «um exemplo» de que o Executivo não tem medo de legislar contra a vontade de «instituições poderosas». A nível económico, o chefe do Executivo acabou por admitir que as previsões do seu Governo foram optimistas, e que a execução do Orçamento de Estado de 2002 será muito difícil.

Frisando a necessidade de manter a credibilidade económica, Guterres aproveitou para afastar o cenário de eleições legislativas antecipadas, como pretende a oposição.

A manutenção do Rendimento Mínimo Garantido, o facto da reforma fiscal estar a diminuir as tributações do IRS e do IRC e as eventuais reavaliações dos projectos do TGV e da 3ª Ponte sobre o Tejo, em Lisboa, foram outras novidades reveladas por António Guterres.

XIV Governo Constitucional Mudanças em sete ministérios

Ministério da Presidência e das Finanças - **Guilherme d'Oliveira Martins**
Secretário de Estado do Tesouro e Finanças - **Rodolfo Lavrador**
Secretário de Estado do Orçamento - **Rui Coimbra**
Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais - **Rogério Fernandes Ferreira**

Ministério da Economia - **Luís Braga da Cruz**
Secretário de Estado Adjunto - **Eduardo Oliveira Fernandes**
Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços - **Fernando Ribeiro Mendes**
Secretário de Estado do Turismo - **Vitor Neto**

Ministério da Educação - **Júlio Pedrosa de Jesus**
Secretário de Estado da Administração Educativa - **Domingos Fernandes**
Secretário de Estado do Ensino Superior - **Pedro Lourtie**
Secretário de Estado da Educação e Inovação - **João Praia**

Ministério da Saúde - **António Correia de Campos**
Secretária de Estado Adjunta - **Carmen Pignatelli**
Secretário de Estado da Saúde - **Francisco Ramos**

Ministério da Cultura - **Augusto Santos Silva**
Secretário de Estado da Cultura - **José Conde Rodrigues**
Secretário de Estado da Comunicação Social - **Alberto Arons de Carvalho**

Ministro Ajunto - **António José Seguro**
Secretário de Estado da Defesa do Consumidor - **Acácio Barreiros**
Secretária de Estado da Igualdade - **Maria do Céu Cunha Rego**

Ministério da Defesa Nacional - **Rui Pena**
Não tem secretários de Estado, tendo optado por trabalhar directamente com as chefias militares.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Governante manifesta abatimento e tristeza por morte de bombeiro

O secretário de Estado adjunto da Administração Interna, Carlos Zorrinho, disse, no dia 28, em Bragança, sentir «abatimento e tristeza» pela morte de um bombeiro de Aqualva-Cacém.

O veículo pronto-socorro onde seguia o jovem bombeiro, de 20 anos, do Grupo de Intervenção Permanente (GIPE) de Aqualva-Cacém, capotou quando acorria a um falso alarme de uma viatura a arder em Algueirão.

«É evidente que é uma situação que nos deixa sempre profundamente constangidos e que nos leva a sublinhar o papel decisivo, entrega e empenho de tantos e tantos bombeiros, que se entregam à causa pública e dos seus concidadãos», declarou.

O secretário de Estado referiu ainda que «um facto destes provoca, sobretudo, uma reacção de abatimento e tristeza».

Carlos Zorrinho pediu um minuto de silêncio pelo bombeiro da corporação de Aqualva-Cacém, na abertura da cerimónia de assinatura do protocolo para a criação do Grupo de Intervenção Permanente (GIPE) na corporação dos bombeiros voluntários de Bragança. Este protocolo celebrado entre a associação dos bombeiros, o Serviço Nacional de Bombeiros e a Câmara Municipal local, vai permitir ter em permanência um grupo de sete elementos sempre pronto a dar «resposta imediata» às diferentes ocorrências, nomeadamente aos incêndios florestais que por esta altura constituem a maior preocupação das corporações de bombeiros.

Os custos do grupo vão ser suportados pelas três entidades envolvidas e rondam os 125 contos/mês por cada elemento a tempo inteiro.



AMBIENTE

Celebração da arquitectura jovem

Os jovens arquitectos vão ter oportunidade de participar nos programas de requalificação urbana do Ministério do Ambiente conhecidos como Polis, através de concursos para centros de monitorização ambiental a instalar nas cidades abrangidas por aquele programa.

O anúncio foi feito, no passado dia 2, na sede da Ordem dos Arquitectos, pelo ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, José Sócrates, que se referiu ao Polis como uma «nova frente política para as cidades», cujo principal objectivo é a requalificação urbana, através da «criação de uma dinâmica» que integre todos os protagonistas que intervêm na cidade.

Para Sócrates, o sucesso deste «movimento» mede-se pelas 53 candidaturas que surgiram para a segunda fase do Polis, um ano e meio após o lançamento do programa, que contemplou inicialmente dezoito cidades.

As verbas do Polis vão ainda apoiar quatro centros urbanos classificadas como Património Mundial – Évora, Porto, Angra do Heroísmo e Sintra – com cerca de um milhão de contos por projecto.

De entre as cidades que se candidataram à segunda fase vão ser seleccionados, até no final do mês, quatro projectos.

«Celebração da arquitectura» foi também uma das expressões usadas por José Sócrates a propósito do Polis.

O ministro frisou que a «descoberta de novos talentos através do desenvolvimento de um mercado específico», como se pretende com os concursos para jovens arquitectos, se deve aliar aos «nomes consagrados» e aos «talentos internacionais» que se querem captar nas cidades do Polis.



CIÊNCIA

Investigação de interesse público em laboratórios do Estado

Do tomate à sardinha, passando pela broa de Avintes, muitas podem ser as contribuições dos laboratórios de Estado na resolução de problemas de interesse público, adequando a investigação científica às necessidades tipicamente nacionais.

«Os laboratórios de Estado têm de definir como missão o estudo de problemas de interesse público, aliciando, ao mesmo tempo, recursos humanos que os rejuvenesçam», sublinhou, no dia 2, a propósito, o ministro da Ciência e da Tecnologia.

Segundo Mariano Gago, que realizou segunda-feira um périplo por seis destas instituições de forma a aferir no local a aplicação e impacto das medidas em curso no âmbito do Programa de Apoio à Reforma dos Laboratórios de Estado, esta necessidade é um desafio,

mas também uma oportunidade.

Por isso, o Ministério da Ciência e da Tecnologia assinou no mesmo dia um protocolo com seis laboratórios de Estado relativo à aprovação de 13 novos projectos de investigação, num valor superior a 1,4 milhões de contos.

O Instituto Geológico e Mineiro (IGM), o Instituto Hidrográfico (IH), o Instituto de Meteorologia (IM), o Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA), o Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN) e o Instituto de Investigação das Pescas e do Mar (IPIMAR) viram aprovados projectos com missões específicas de interesse público.

Para Mariano Gago, apesar da existência de outras instituições de investigação, nomeadamente privadas, os laboratórios de Estado são necessários como «opção política».

«Não acredito num regime de defesa do interesse público disponibilizado inteiramente por outras instituições de referência fora do Estado em determinados domínios», defendeu. Por isso, continuou, «é necessário ser capaz de delimitar fronteiras estruturando em que domínios é ou não necessária uma participação dos laboratórios de Estado que responda a necessidades económicas e sociais do País», disse.

HABITAÇÃO

Maior fiscalização sobre proprietários

A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, defendeu, no dia 28, o aumento da fiscalização por parte das autarquias sobre os proprietários, para que estes realizem obras de conservação nos edifícios, como a lei determina.

A secretária de Estado falava, na Murtosa, durante a assinatura de protocolos entre a autarquia e o Instituto Nacional de Habitação (INH) para a construção de fogos para realojar 97 famílias em regime de renda apoiada.

Segundo a secretária de Estado, as câmaras não têm aplicado a lei que obriga os proprietários a fazerem obras, de oito em oito anos, porque, por vezes, há problemas sociais em causa, como rendas antigas.

«Com o conjunto de legislação aprovado pelo Governo existem condições para que as câmaras possam efectuar essa fiscalização», assegurou Leonor Coutinho, explicando que agora há programas sociais que se destinam a apoiar as pessoas para fazerem obras independentemente dos seus rendimentos.

Além disso, afirmou a governante, as câmaras vão passar a dispor de informação ao nível da freguesia sobre o estado de conservação dos edifícios porque, pela primeira vez, nos Censos de 2001 foi feito o recenseamento do estado de conservação de todos os edifícios habitacionais em Portugal.

Realçando a importância da fiscalização, designadamente no caso das casas devolutas, «que sempre foram ilegais, mas que muitas vezes não eram fiscalizadas», a secretária de Estado da Habitação disse que Portugal é o país da União Europeia com maior percentagem de casas vazias.

Esta situação é «incompatível com uma gestão nacional de recursos», considerou Leonor Coutinho, acrescentando que Portugal utiliza muito pouco o mercado de recuperação/reabilitação de edifícios, que na média da Europa ultrapassa a construção de habitação nova.



PLANEAMENTO

Projectos estratégicos para promover o Douro a Património Mundial

O secretário de Estado adjunto do Planeamento, Ricardo Magalhães, defendeu, no dia 29, em Lamego, a criação de um projecto estruturante, «supra municipal», em torno do rio Douro para «tirar maior partido da candidatura do Douro a Património Mundial».

O governante solicitou para o efeito a ajuda das autarquias inseridas na Região Demarcada do Douro, cujos responsáveis se reuniram sexta-feira nas instalações do Gabinete de Apoio Técnico (GAT) de Lamego e onde estiveram presentes quinze presidentes de Câmara das duas margens do rio.

Os autarcas discutiram a utilização dos fundos, no valor de 13 milhões de contos, colocados à disposição das autarquias do Douro até 2006, ao abrigo do programa «Acções Integradas de Base Territorial».

Segundo dados avançados pelo secretário de Estado, até ao momento foram aprovados projectos que utilizaram apenas seis milhões de contos e cuja execução se estenderá até 2002.

Esses projectos representam candidaturas individuais das sedes dos concelhos para requalificação urbana e recuperação de centros históricos e algumas vias de comunicação para «ganharem urbanidade e identidade».



DEPUTADO MEDEIROS FERREIRA

Autonomias

NEXO DEMOCRÁTICO



O deputado socialista Medeiros Ferreira congratulou-se, no passado dia 27, na Assembleia da República, com a relação autônómica existente entre o Estado Português e as regiões dos Açores e da Madeira.

Falando na sessão plenária em que se assinalaram os 25 anos do regime autônómico democrático para as ilhas, o parlamentar do PS recordou que «considerar possível a autonomia dos Açores e da Madeira dentro de qualquer regime político português como mera decorrência da aplicação de princípios de descentralização administrativa foi uma ilusão que muitos protagonistas regionais acalentaram durante o século XX».

«Só o nosso capítulo da História de Portugal, aberto com o 25 de Abril de 1974, levou à conjugação do conceito de autonomia com o conceito de região», salientou Medeiros Ferreira, acrescentando que «para se chegar à consagração constitucional do estatuto político das



Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o caminho percorrido não foi linear».

«Foi mesmo uma história cheia de peripécias com os mesmos actores a desempenharem vários papéis», lembrou, sem deixar passar a oportunidade para evocar nomes como Almeida Santos,

Vitorino Nemésio, Mota Pinto, Sousa Franco, Álvaro Monjardino e Miguel Galvão Teles que colaboraram nos Projectos de Estatuto Provisório dos Açores, assim como dos constituintes Jaime Gama, Mota Amaral, Mário Mesquita, Nuno Godinho de Matos e Maria José Sampaio, entre outros. Segundo o deputado do PS, os primeiros anos do regime autônómico foram anos de luta para o PS conseguir que a autonomia se conjugasse com a democracia.

«Não foi fácil a conjugação entre autonomia e democracia, mas só essa conjugação dá a compreensão plena a ambos os conceitos», recordou, frisando de seguida que «entre democracia e autonomia há um nexo profundo».

Num breve dissertar sobre as dificuldades com que às autonomias açoriana e madeirense se depararam ou deparam, o parlamentar do PS falou em «prova de fogo», referindo-se à alternância democrática.

«O Partido Socialista tem orgulho do seu papel na consolidação das autonomias insulares quer no Governo quer na oposição. E aqui merece uma referência especial a luta contínua e difícil do PS/ Madeira numa Região que ainda não conheceu a alternância democrática. Daqui saúdo todos os militantes socialistas», afirmou.

Ao sublinhar o momento de boas relações entre o Governo da República e os executivos regionais, Medeiros Ferreira saudou a aprovação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

«Quando nós vemos as dificuldades que alguns países europeus ainda têm para lidar com questões como a da Córsega ou do País Basco podemos apreciar melhor o contributo de clarividência dos que ergueram o regime autônómico insular no seio do regime democrático português», concluiu o deputado socialista.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO LUÍS PATRÃO

Requerimento

LOJA DO CIDADÃO EM FARO

O deputado do PS Luís Patrão dirigiu no dia 18 de Junho um requerimento ao Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, solicitando esclarecimentos sobre quando está prevista a instalação, já decidida, da Loja do Cidadão em Faro, bem como quando ocorrerá a respectiva abertura ao público. Luís Patrão quer ainda saber o Governo acolhe a hipótese de criar em Faro um primeiro Centro Integrado de Serviços Públicos, incluindo num mesmo conjunto a Loja do Cidadão e as instalações de alguns serviços regionais e pergunta quais seriam as previsões orçamentais para os objectivos visados, seja na versão da Loja do Cidadão simples, seja no do mais elaborado Centro Integrado de Serviços Públicos.

Na exposição de motivos, o deputado do PS, depois de lembrar que «a Loja do Cidadão é uma das mais inovadoras e conseguidas realizações dos Governos de António Guterres», sublinha que «a Loja do Cidadão impôs novos paradigmas em matéria de qualidade de atendimento, informação ao utente, integração de serviços, eliminação de redundâncias burocráticas e informatização geral de práticas, métodos e procedimentos».

Lembrando que «a cidade de Faro apresentou oportuna e fundamentadamente a sua candidatura à instalação de uma Loja do Cidadão, que será, assim, a primeira do Algarve, servindo não apenas os municípios de Faro mas

todos quantos, algarvios ou visitantes, procurem através dessa nova estrutura resolver os seus problemas», refere que, no entanto, «o sinal de modernidade que a Loja do Cidadão constitui em si mesma suscita impaciência nas populações que dela beneficiarão e deve determinar rigor na divulgação dos prazos a que o projecto há-de obedecer».

Por outro lado, refere, «bom é que o modelo seguido pela Loja do Cidadão evolua e que se vá adaptando à realidade local dos novos municípios onde a sua instalação está prevista».

No caso de Faro, cidade onde se encontra instalada uma grande parte das delegações e direcções regionais dos organismos públicos, Luís Patrão considera que «importa usar as mudanças que a Loja do Cidadão certamente induzirá para potenciar o conforto dos utentes e melhorar a acessibilidade da administração pública», acrescentando que «isso seria obtido tanto mais facilmente quanto pudesse ser adoptada uma lógica de Centro Integrado de Serviços Públicos, ou seja, que não apenas fossem reunidos num mesmo conjunto de balcões os serviços de atendimento ao público – Loja do Cidadão – mas ficassem instalados no mesmo imóvel ou nas imediações o maior número possível de delegações e direcções regionais, mesmo algumas que passam a funcionar em "back-office" da Loja do Cidadão».

J. C. C. B.

DEPUTADO ARTUR PENEDOS

Sinistralidade laboral

AVALIAR SEM PRESSA



As necessárias alterações e adequações do regime jurídico do infortúnio laboral, bem como a melhoria das condições de segurança, higiene e saúde no

trabalho foram metas projectadas e alcançadas pela governação socialista.

A garantia foi dada, recentemente, pelo deputado socialista Artur Penedos, durante a discussão, no Parlamento, da iniciativa comunista relativa à sinistralidade laboral. «O novo regime jurídico aprovado em 1997, longe de traduzir um retrocesso como o PCP ainda que inconscientemente, possa fazer crer, constitui, isso sim, um pilar histórico do domínio do infortúnio laboral», disse Penedos, acrescentando que o regime «veio reforçar significativamente os direitos dos trabalhadores sinistrados ou vítimas de doença profissional».

Artur Penedos não deixou de salientar o esforço e o empenho levados a cabo pelo Executivo do PS na esfera da prevenção dos riscos profissionais e que se traduziram numa «efectiva redução da sinistralidade laboral».

Referindo-se à iniciativa legislativa da bancada comunista, o parlamentar socialista explicou que esta prevê um conjunto de alterações ao regime vigente que visa, entre outras coisas, «a revalorização das pensões devidas por acidentes de trabalho e doenças profissionais até à sua actualização anual». «Trata-se, pois, de uma iniciativa legislativa que merece toda a nossa simpatia,

designadamente no plano dos objectivos a atingir», afirmou Penedos, explicitando que a pretensão do PCP «comporta soluções normativas complexas e de concretização imediata muito difícil».

Segundo o deputado socialista, «a oportunidade da iniciativa não é a melhor». «Num momento em que nunca se esteve tão perto da integração dos acidentes de trabalho na esfera da segurança social, julgamos pouco prudente introduzir alterações ao regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais em vigor», observou.

O parlamentar socialista acrescentou em defesa da posição assumida nesta matéria pela bancada do PS, que «volvido apenas um ano sobre a vigência do novo regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, importa equacionar o mérito e o demérito das alterações preconizadas pelo projecto de lei da iniciativa do PCP, bem como o seu impacto financeiro e a possibilidade de o conciliar no quadro da reforma da Segurança Social em curso». Ainda quanto aos aspectos financeiros, Artur Penedos sublinhou a importância do «enorme» impacto que uma revalorização das pensões por acidente ou doença teria a nível do Orçamento de Estado.

«Ao pretender tratar de forma apressada e fora do quadro da regulamentação da nova Lei de Bases da Segurança Social uma matéria de tal relevo, o PCP contribuiu decisivamente para que o voto do Partido Socialista não pudesse ser favorável», concluiu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADA CELESTE CORREIA

Refugiados

NOVAS SOLUÇÕES BASEADAS NO RESPEITO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS



A deputada socialista Celeste Correia afirmou no dia 21 no Parlamento que o estabelecimento de um Dia Mundial do Refugiado, reconhecido a nível internacional, «é uma oportunidade para reafirmar os valores nos quais se baseiam os acordos internacionais sobre a protecção dos refugiados».

Para a camarada Celeste Correia, «um dia reconhecido universalmente fortalecerá (espera-se) os esforços colectivos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), os esforços das ONG's e outros grupos, para chamar a atenção sobre esse problema».

Celeste Correia, na sua intervenção, lembrou que «existem actualmente mais de 50 milhões de refugiados em todo o mundo, que buscam a protecção internacional de outros países e a segurança e dignidade e o respeito que lhes foi vedada nos seus países de origem», acrescentando que «desses 50 milhões cerca de 20 milhões são deslocados internos, 5 milhões conseguem obter o direito de asilo em algum país desenvolvido e cerca de 25 milhões estão em campos de refugiados nos países mais pobres do mundo que somam mais este problema ao da sua miséria. E também em países não pobres, onde impera a irracionalidade».

«Estranha condição humana esta que faz com que hoje neste momento, no Bié, no Cuíto, Angola, 200 mil refugiados tenham comida só para dois dias, dado estarem auto-suspensos os voos do Programa Alimentar Mundial (PAM), devido aos ataques de que foram alvo. Estes homens, mulheres e crianças que amanhã não terão



acesso a alimentos falam português, expressam a sua dor na língua portuguesa e isso, quanto mais não seja isso, deveria incomodar-nos e levar-nos a agir», disse. Segundo Celeste Correia, «o que se passa um pouco por todo o lado, mas principalmente em África, apela às nossas consciências».

«É a tragédia da utilização de crianças como instrumento de guerra, como denunciou a deputada Rosa Albernaz, há dias, desta mesma tribuna», acrescentou.

Saliendo que tentar compreender a realidade do fenómeno do asilo na Europa deve necessariamente inscrever-se numa análise a médio e longo prazo, considerou que «a perspectiva de uma política europeia comum em matéria de asilo e imigração, esboçada em Amsterdão e confirmada em Tampere, torna-se cada vez mais urgente de realizar no quadro do novo

contexto económico e demográfico europeu».

Portugal, lembrou, assinou e ratificou a Convenção de Genebra e aderiu ao protocolo de Nova Iorque adicional à convenção, sem quaisquer reservas, protocolo esse que eliminou as limitações geográficas e temporais contidas na Convenção de 1951.

Referindo que ao longo dos anos «temos sido procurados pelos requerentes de asilo», Celeste Correia considerou ser necessário «procurar soluções para as situações que não foram contempladas na Convenção, porque a realidade era então outra».

«É preciso distinguir um refugiado propriamente dito de um imigrante económico, sob pena de ambos saírem prejudicados pela falta desta clarificação», disse.

Celeste Correia realçou a vontade firme do Governo, do Grupo Parlamentar e do PS em enfrentar estes problemas e dar-lhes resposta.

«As filas intermináveis foram eliminadas e quanto ao documento de trabalho, se o patrão não o fornecer ao trabalhador, os sindicatos e as associações reconhecidas no Conselho Consultivo para os Imigrantes podem fazê-lo», afirmou, acrescentando: «Estamos a travar uma dura batalha contra as mafias de todo o tipo e essa luta é de todos – não é só do Governo nem do PS». Segundo salientou, «a questão dos refugiados encontra-se interrelacionada com muitas das questões urgentes com que o mundo se confronta actualmente – a preservação do meio ambiente, a promoção do desenvolvimento, a resolução de conflitos, a gestão e governabilidade das migrações, a protecção dos direitos humanos».

Quando as Nações Unidas foram criadas em 1945, o fim declarado da nova organização era o de reafirmar a convicção do mundo «nos direitos fundamentais do homem; na dignidade e valor do ser humano, na igualdade de direitos de homens e mulheres, assim como das grandes e pequenas nações».

Hoje, sublinhou, «a procura de novas soluções para os refugiados deve continuar a reger-se pelos mesmos princípios».

«Se é fundamental reavivar e manter a memória, é imprescindível agir, é imprescindível uma cultura de responsabilidade», acrescentou.

«É fundamental que a comida que resta para o dia de hoje no Bié, possa continuar a existir. Os voos do PAM têm de poder continuar», salientou.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO JOEL HASSE FERREIRA

Economia

CONTINUAR O CRESCIMENTO E MANTER UM NÍVEL ELEVADO DE DESPESAS SOCIAIS



O deputado do PS Joel Hasse Ferreira, numa intervenção no Parlamento centrada na análise da actual conjuntura económica, desmontou, com dados incontornáveis, os cenários catastrofistas de uma direita populista e demagógica, e apontou as linhas da política económica que o Governo vai prosseguir.

Depois de fazer uma análise do recente abrandamento do crescimento económico registado nos EUA, Japão e União Europeia, com os inevitáveis reflexos na nossa

economia, e consequente reanálise das perspectivas orçamentais, Joel Hasse Ferreira reafirmou que em Portugal não se vive obviamente um clima de recessão, sublinhando que «há crescimento económico, aproximamo-nos do equilíbrio orçamental, temos um emprego reduzido, e um investimento elevado, bem como fortes gastos nas despesas sociais».

Aproveitou para comparar o actual estado da economia com o do último ano do consulado cavaquista (1995). Assim, desde o emprego à evolução das despesas correntes, as diferenças, tal como os números mostram, são evidentes, conseguindo este Governo conjugar de

forma harmoniosa elevados índices de crescimento com rigor financeiro, o que se traduziu, a par de uma forte aposta nas despesas sociais, na melhoria acentuada dos níveis de bem-estar dos portugueses, em particular dos mais desfavorecidos.

Como linhas de política económica que deverão ser prosseguidas apontou, em primeiro lugar, o reforço e apoio às exportações, de forma a reduzir o défice do comércio externo.

Em segundo lugar, considerou ser necessário não prescindir de um programa social próprio, «mantendo um nível elevado de despesas sociais que contribuam para um Estado de bem-estar e ajudem à realização

de uma sociedade mais solidária».

Em terceiro lugar, o camarada Joel Hasse Ferreira disse ser necessário «garantir, de forma adequada e programada, a execução de todos os investimentos, nomeadamente nas áreas produtivas, das acessibilidades, de forma a utilizar todas as verbas, muito bem negociadas, que integram e complementam o III QCA, expressão significativa de uma solidariedade inter-europeia».

Em quarto lugar, afirmou ser preciso «desenvolver os estímulos à actividade empresarial que apoiem um mais rápido crescimento económico nacional, com empresas cada vez mais produtivas e competitivas».

J. C. CASTELO BRANCO

BÉLGICA QUER APROFUNDAMENTO DO DEBATE EUROPEU

A Bélgica assumiu no dia 1 de Julho a presidência dos Quinze numa fase decisiva do processo de integração europeia que irá terminar com a entrada em circulação das notas e moedas em euros à meia-noite do último dia do ano.

O primeiro-ministro, Guy Verhofstadt, pretende aproveitar os próximos seis meses para mostrar que a Bélgica, apesar de ser um pequeno país com a mesma população e um terço da superfície de Portugal, tem capacidade de liderança para tirar a União do actual impasse.

Para o apoiar nessa tarefa Verhofstadt rodeou-se de cinco especialistas (sábios), entre os quais estão Jacques Delors, antigo presidente da Comissão Europeia e responsável por muito do que a União é neste momento, e Jean Luc Dehaene, antigo primeiro-ministro belga e candidato falhado à substituição de Delors.

Próximo do federalismo alemão e ardente defensor da livre concorrência e abertura dos mercados, o primeiro-ministro belga teve de tomar em consideração para a sua presidência da UE as ideias de todos os partidos representados na sua coligação governamental, Arco-Iris, que reúne socialistas, liberais e ecologistas.

Ao todo são seis partidos políticos, francófonos e flamengos, todos



europeístas como manda a tradição belga, mas que muitas vezes têm percepções diferentes das grandes questões europeias.

A Bélgica anunciou 16 prioridades num programa que considerou «ambicioso» e que terá como um dos pontos altos aquela que ficará conhecida como a «Declaração de Laeken».

Estas prioridades foram agrupadas em seis linhas de força para o semestre: o aprofundamento do debate europeu, a melhoria do emprego, o regresso a uma situação de forte crescimento, a criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça, o desenvolvimento durável e o alargamento.

A Bélgica pretende que a Cimeira Europeia

do fim da sua presidência (semestral), a realizar a 15 e 16 de Dezembro em Laeken, um palácio real com um grande jardim nos arredores de Bruxelas, tenha como resultado principal a aprovação de uma «declaração» em que seja delineada a futura divisão de poderes entre Estados-membros e as instituições europeias numa União alargada.

O documento servirá de base à convocação duma nova conferência intergovernamental, a realizar em 2004, numa altura em que a primeira vaga de novos aderentes deverá já ter integrado a UE.

Segundo o programa da presidência belga, «a declaração de Bruxelas-Laeken deverá pronunciar-se sobre a agenda dos debates consagrados ao futuro da Europa, sobre o método que será utilizado, assim como sobre o calendário».

Mas a Bélgica é um país muito particular e a enorme descentralização política que tem irá também reflectir-se na organização dos Conselhos de Ministros dos Quinze, que se realizam praticamente todas as semanas (excepção feita a Agosto) em Bruxelas ou no Luxemburgo (Outubro).

Os governos regionais do reino (Flandres, Valónia, Bruxelas e comunidade germânica) irão ter a oportunidade de participar e dirigir os trabalhos de alguns desses encontros.

RELATÓRIO DE HELENA TORRES MARQUES APROVADO PELO PE

«**F**acilitar a vida das empresas e das administrações fiscais europeias» constitui, para a eurodeputada socialista Helena Torres Marques, o principal objectivo do seu relatório aprovado pelo Parlamento Europeu (PE) sobre a simplificação, modernização e harmonização das condições aplicáveis à facturação em matéria de IVA na UE.

De acordo com a eurodeputada socialista, «a dificuldade da proposta apresentada ao PE foi a de encontrar uma solução de equilíbrio que, facilitando o trabalho das empresas, sobretudo das PME, não acarretasse perdas de receitas nem dificuldades de controlo às administrações fiscais».

O resultado final, segundo a camarada Helena Torres Marques, traduziu-se na obtenção de quatro importantes conquistas políticas: a redução das formalidades administrativas para os operadores que



exercem as suas actividades em toda a UE, através da harmonização das menções obrigatórias nas facturas de IVA; a introdução de um enquadramento comum para a facturação electrónica, que torna mais eficazes as auditorias relativas ao IVA; maiores economias para as empresas, uma

vez que o custo do envio e tratamento de uma factura electrónica é muito inferior ao de uma factura em papel; e o estímulo ao desenvolvimento do comércio electrónico na Europa.

Pesca do atum nos Açores e Madeira

O eurodeputado socialista Paulo Casaca exigiu na sessão plenária de Estrasburgo medidas da UE para minorar as consequências da crise da pesca do atum nos Açores e na Madeira.

Segundo o camarada Paulo Casaca, «o problema mais importante com que se debatem, hoje em dia, as economias das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira «é a queda brutal das quantidades de atum que chegam a estes arquipélagos, comum enorme impacto em determinadas ilhas e comunidades dependentes da pesca e conserva desta espécie», considerou Paulo

Casaca.

De acordo com o eurodeputado socialista, que interveio no âmbito da discussão sobre as acções estruturais da UE nas suas regiões ultraperiféricas, esta situação é causada pelo impacto nocivo de determinadas técnicas de pesca utilizadas no Atlântico equatorial, permitidas e incentivadas pela Comissão Europeia, que impedem a migração do atum para as águas das ilhas portuguesas.

Neste contexto, o camarada Paulo Casaca disse ser urgente que o executivo comunitário avalie os efeitos da sua política «quer na África Ocidental, onde ela se aplica directamente, quer nos Açores e na Madeira, onde as suas consequências negativas se fazem sentir ao nível das comunidades piscatórias e das fábricas de conservas de atum».

O eurodeputado socialista considerou ser necessário que a Comissão proponha medidas para minorar tal situação.

J. C. C. B.

ABRANDAMENTO SEM RECESSÃO

A economia portuguesa está em desaceleração, mas não se prevê que entre em recessão, segundo as declarações feitas, dia 3, pelo governador do Banco de Portugal (BP), na Assembleia da República.

Vítor Constâncio reuniu-se com os deputados da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano por causa do relatório anual do BP, que foi apresentado na passada terça-feira.

À saída da reunião, em declarações aos jornalistas, o economista e ex-líder do PS confirmou que há uma desaceleração do crescimento da economia portuguesa. «À semelhança do que acontece no espaço europeu».

Sublinhou, porém, que uma contracção do produto não está prevista nos cenários de evolução da economia apresentados com o relatório anual do BP.

Constâncio confirmou, também, a desaceleração do consumo e do investimento.

O consumo está a crescer a taxas inferiores às do rendimento disponível, o que significa que os particulares estão a poupar mais e a endividar-se menos.

O governador do Banco de Portugal diz que este é um processo de ajustamento necessário, que se iniciou ainda no ano passado.

Assim, Portugal não está a viver nenhuma crise económica, conforme afirmou Constâncio, durante a conferência de Imprensa para apresentação do relatório anual do BP.

«O que se passa, contrapõe, é antes uma crise orçamental, derivada de problemas com as receitas, que por sua vez decorrem do arrefecimento da conjuntura.»

Precise-se que as receitas do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) nos primeiros



cinco meses de 2001, em relação ao mesmo período do ano passado, cresceram apenas 1,6 por cento.

Vítor Constâncio confrontado ainda com a divergência das taxas de crescimento da economia portuguesa face à média comunitária, relativizou esta diferença, uma

vez que, por um lado, «a convergência deve ser analisada em termos de médio prazo» e, por outro, na análise da divergência deve considerar-se tanto a duração, como também a sua dimensão.

Assim, reafirmou o entendimento de que Portugal está a passar por um período de ajustamento indispensável depois de um período de forte crescimento, além de as projecções existentes serem incertas.

Exemplificou a propósito que «o Fundo Monetário Internacional (FMI) acaba de rever em baixo a sua previsão de crescimento da Zona Euro para dois por cento» e, acrescentou, que «não está garantido que Portugal venha a crescer abaixo da média europeia».

O intervalo da previsão de crescimento da economia portuguesa adiantado Terça-feira para 2001 e 2002 situa-se entre dois por cento e 2,5 por cento.

Crescimento volta em 2002

A economia portuguesa deverá voltar a acelerar no próximo ano, puxada pelas exportações e investimento, refere o Banco de Portugal no seu boletim

económico de Junho.

A taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) português deverá situar-se no intervalo entre 1,75 por cento e 2,75 por cento (cujo ponto médio é 2,25 por cento), não longe do intervalo entre 2 e 2,5 por cento previstos para 2001.

A puxar para cima a riqueza do País estarão as exportações, com um crescimento de 6,25 por cento, o que representa um acréscimo de 0,5 pontos percentuais face à previsão para 2001.

Também o investimento deverá ajudar na expansão da actividade económica.

A projecção do banco central aponta para um aumento de dois por cento na Formação Bruta de Capital Fixo, quando em 2001 o crescimento tenderá a ser nulo.

«O investimento privado deverá apresentar, em 2002, um crescimento positivo, suficiente para determinar uma ligeira aceleração do investimento total, apesar da estabilização do nível de investimento público admitida para 2002», pode ler-se no boletim.

Os gastos em habitação deverão continuar a ser negativos, embora seja de esperar uma aceleração do investimento empresarial.

O valor médio avançado para o crescimento do consumo privado é de 2,25 por cento, dando-se seguimento à tendência de desaceleração dos gastos das famílias, «embora de forma menos marcada».

O consumo público, numa altura em que se caminha para o equilíbrio orçamental das contas do Estado em 2004, tenderá a desacelerar para um por cento em 2002, depois de crescer 1,7 por cento em 2001, de acordo com as projecções adoptadas pelo Banco de Portugal.

O intervalo de variação definido para as importações é muito largo: entre os 2,25 e os 6,25 por cento.

O ponto médio da previsão de 2002 fica assim, 0,25 ponto percentuais acima do de 2001, com a redução da procura interna a dificultar o aumento deste indicador.

Economia portuguesa em 2001 e 2002

	Projecção Primavera do Eurosistema	
	2002	2001
Consumo privado	2,25	2,13
Consumo público	1	1,7
FBCF	2	0
Procura interna	2	1,6
Exportações	6,25	5,75
Procura global	2,75	2,6
Importações	4,25	4
PIB	2,25	2,13
Bal corrente + capital	-6,5	-6,88
Taxas de variação em percentagem		

PERSPECTIVAR A MODERNIDADE

O ministro do Emprego e da Solidariedade, Paulo Pedrosa, defendeu, no passado dia 2, que se retome o debate sobre a revisão da legislação laboral portuguesa «numa perspectiva moderna».

«A reforma da legislação laboral é olhada de modo preconceituoso e por vezes excessivamente ideológico, mas é preciso modernizá-la, não no sentido de uma desprotecção do trabalhador, mas de adaptação às novas realidades», disse o ministro.

Paulo Pedrosa defendeu também o reforço

da competitividade da indústria portuguesa no mercado internacional e apontou duas vias a seguir: a modernização dos sectores tradicionais e a valorização dos colaboradores das empresas.

Referindo o «sinal» dado pelo Governo ao anunciar créditos horários aos trabalhadores para formação contínua, num programa a iniciar em 2003, o ministro do Emprego e da Solidariedade disse, contudo, que esse plano só terá êxito «se trabalhadores e empresas também perceberem que esse é o caminho a seguir».

Paulo Pedrosa falava, em César, Oliveira de

Azeméis, durante os actos comemorativos dos 50 anos da Silampos – Sociedade de Louça Metálica Campos, a principal empresa portuguesa no sector da louça metálica.

Além de liderar o mercado nacional do sector, a Silampos exporta 55 por cento da sua produção e domina o mercado inglês. Responsável pelo fabrico da primeira panela de pressão portuguesa, a Silampos foi também a pioneira no lançamento, no mercado interno, do primeiro trem de cozinha com fundo térmico encapsulado.

Recentemente, constituiu a Silampus UK, em Inglaterra, que detém a totalidade do capital de duas empresas locais de distribuição.

O grupo, com vendas consolidadas na ordem dos oito milhões de contos, tem cerca de 300 trabalhadores e uma produção de dois milhões de peças por ano.

Nos últimos anos investiu, com apoio do Plano Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa, 1,5 milhões de contos na actualização do seu parque de máquinas e na instalação de sistemas de controlo de qualidade, segurança e ambiente.

PAULO PEDROSO ACUSA DIREITA DE LANÇAR «ANÁTEMA INJUSTO»

«É importante que continuemos no caminho da redução da desigualdade, da redução da pobreza e, nesse caminho, o rendimento mínimo tem um papel essencial»

«Gostaria de viver num país que não precisasse de gastar dinheiro no RMG»
Paulo Pedroso

O Rendimento Mínimo Garantido, uma das medidas com maior impacto no combate à pobreza extrema e que já promoveu a inclusão social de milhares de portugueses, fez quatro anos, ao longo dos quais foi alvo permanente de um dos maiores ataques demagógicos perpetrados por uma direita que teima em ser o carro-vassoura do conservadorismo na Europa, agora envolta em roupagens feio-mercado-populistas (versão Paulo Portas) ou cinzentistas (versão Durão Barroso), para iludir os menos esclarecidos e melhor defender os interesses e privilégios instalados do seu eleitorado natural.

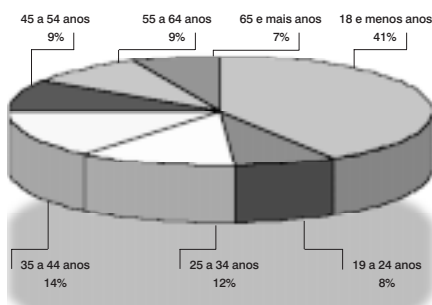
O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Paulo Pedroso, criticou no dia 1 os políticos que têm procurado lançar um «anátema injusto» sobre o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), nomeadamente quando dizem que se trata de um incentivo à preguiça.

Paulo Pedroso, que falava em Viana do Castelo na sessão comemorativa da do 4º aniversário da aplicação a nível nacional do RMG, sublinhou que «são afirmações totalmente descabidas, que apenas procuram lançar uma anátema sobre o RMG que é injusto, não para o Governo, mas para as 4000 instituições que fazem o programa no terreno, para os técnicos e para os próprios beneficiários».

O ministro referiu-se, concretamente, ao líder do PP, Paulo Portas, dizendo que as suas críticas ao RMG revelam que ele «não gosta de uma prestação que melhore as condições de cidadania em Portugal».

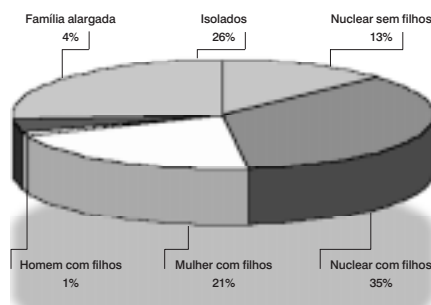
«Paulo Portas preferia uma prestação que mantivesse as pessoas em situação de maior dependência, que fosse mais clássica, no sentido de ser uma prestação assistencialista, mas nós achamos que o RMG é a filosofia certa, porque dá às pessoas uma previsibilidade nos rendimentos, porque apoia as pessoas em função da sua necessidade e porque tem ligado um espaço de inserção», acrescentou.

Por isso, Paulo Pedroso garantiu que o Governo continuará empenhado na preservação e no desenvolvimento do RMG tal como foi concebido e hoje existe,



Caracterização etária dos beneficiários 2001

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade



Tipos de famílias dos beneficiários 2001

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade

ou seja, uma medida universal, promotora de inclusão, baseada num compromisso de confiança entre a sociedade e o cidadão.

«Aqueles que falam de um RMG diferente têm apenas receio de dizer que só gostariam de um RMG inexistente. Um RMG segmentado e discriminatório não seria o RMG, seria outra coisa, e tal deve ser claramente afirmado», disse ainda.

RMG já apoiou 680 mil pessoas

Paulo Pedroso falava na sessão comemorativa do 4º aniversário da aplicação a nível nacional do RMG, um programa que já apoiou mais de 680 mil pessoas e que actualmente abrange cerca de 380 mil.

Na sessão, o ministro anunciou que, a partir de Setembro e até Dezembro, todos os beneficiários do RMG com idades compreendidas entre os 18 e os 55 anos,

que não tenham uma actividade e que não tenham uma razão de saúde que justifique a dispensa dessa actividade, serão convocados pelos centros de emprego para uma oferta de emprego ou de formação. Pedroso revelou ainda que a Comissão Nacional do RMG vai fazer um estudo do percurso das cerca de 300 mil pessoas ex-beneficiárias do programa, para se ficar a saber quem são, o que fazem, porque foram para o RMG e porque saíram e o que lhes aconteceu a seguir.

«Quanto mais depressa tivermos estes resultados, melhor poderemos verificar os factos, mais espaço haverá para discutirmos as ideias, afastando os preconceitos e fazendo cair as máscaras», disse.

Paulo Pedroso voltou ainda a explicar que o Orçamento Rectificativo não implicou qualquer corte nas verbas do RMG, e que o que se passa é que hoje o programa precisa de menos dinheiro, já que o

número de beneficiários que sai é quase o dobro daqueles que entram, numa relação de quatro famílias que saem por cada duas que entram.

«Hoje, investimos um pouco menos de 4 milhões de contos por mês, quando no início do ano passado gastávamos mais de 5 milhões», explicou, dizendo que esta situação se fica a dever à «rápida» maturação do RMG, à melhoria «transversal» das condições de vida dos portugueses e a uma «acrescida eficácia» dos mecanismos de inserção e de controlo. A propósito, Paulo Pedroso garantiu que o Governo vai continuar empenhado no combate à fraude no RMG.

Sublinhou, no entanto, que «a fraude no RMG não é superior à que existe noutras medidas» e que «não há as pessoas em situação de exclusão uma maior propensão para a fraude do que a que existe na sociedade portuguesa».

J. C. CASTELO BRANCO

RMG

80 mil beneficiários vão receber propostas de emprego

Cerca de 80 mil beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) vão receber entre Setembro e Dezembro ofertas de emprego ou empregabilidade, revelou no dia 1 o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Paulo Pedroso.

Ao longo dos quatro meses, os beneficiários serão convocados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional por forma a receberem directamente propostas concretas de trabalho ou de acções de formação que lhes permitam a entrada na vida activa, explicou o ministro.

Paulo Pedroso sustentou também que a medida visa os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido que têm entre 18 e 55 anos, que estão em condições de trabalhar e que não possuem qualquer actividade profissional.

«É uma medida que englobará a oferta do emprego ou acções de formação que criem condições para a empregabilidade e ainda proporcionará a verificação e controlo se efectivamente os beneficiários estão ou não sem emprego», afirmou.

O ministro acrescentou que a oferta de trabalho se justifica pelo facto de o RMG ser uma medida de «activação das pessoas». Paulo Pedroso, que se encontrava em Viana do Castelo onde presidiu às comemorações do quarto aniversário do RMG, anunciou ainda que vai ser lançado um inquérito aos cerca de 300 ex-beneficiários do Programa de Inserção Social para saber o que fazem actualmente as pessoas que, tendo passado pelo RMG, foram consideradas reintegradas na sociedade.

«Chegou a hora de, pelo Rendimento Mínimo Garantido, falarem as pessoas de que dele beneficiaram e já não são abrangidos pelo projecto», referiu.

O ministro disse ainda que o inquérito visa obter «relatos fiéis» sobre o que «mudou nas vidas dos ex-beneficiários», bem como qual foi a «real inserção dessas pessoas depois de deixarem de receber a prestação e comparativamente à vida que tinham antes de terem sido apoiadas».



Abrantes

Recuperação do Cine-Teatro de S. Pedro

O Presidente da República, Jorge Sampaio, vai estar presente hoje, dia 5, na cerimónia de inauguração do, agora renovado, espaço do Cine-Teatro de S. Pedro.



Inaugurado em 1949, este equipamento cedo de tornou numa referência arquitectónica, social e cultural de grande valor histórico no concelho de Abrantes e na região.

Depois de ter passado uma fase de estagnação, o Cine-Teatro de S. Pedro foi alvo de uma profunda intervenção, que teve como objectivo central a remodelação do seu interior, principalmente ao nível da instalação eléctrica e de obras de conservação.

Com mais de meio século de história, o processo de revitalização vai proporcionar agora o reencontro dos abrantinos com este espaço cultural de eleição, o Cine-Teatro de S. Pedro.

Albufeira

Festa dos ATL do concelho

O auditório municipal de Albufeira acolheu no dia 26 a Festa de Fim de Ano dos ATL do concelho, reunindo mais de 400 crianças.



Os pequenos «finalistas» foram trajados com cartolas e pastas e tiveram direito ao diploma que assinala a sua passagem pelos Centros de Actividades de Tempos Livres.

O momento foi engrandecido pela representação da peça de teatro «O

Barbeiro de Sevilha», pelo Teatro de Almada.

Entretanto, os finalistas, que passaram a ser «diplomados em tempos livres», vão participar num passeio para finalistas, marcado para o próximo dia 9 de Julho e cujo destino é a vila de Santo André (Sines), onde participarão num «safari».

«Casal Aberto»

O Grupo Cénico Quatro Ventos, de Albufeira, levou nos dias 28 e 29 de Junho ao palco do Instituto Português da Juventude, em Faro, a peça «Casal Aberto», um texto de França Rame e Dario Fo (Prémio Nobel), com encenação de Paulo Moreira e interpretação de Luís Miranda e Sandra Fonseca.

Fafe

Câmara apoia bombeiros voluntários

Por proposta do seu presidente, o Executivo da Câmara Municipal de Fafe aprovou celebrar um contrato-programa com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fafe, como referência para o apoio futuro a prestar à corporação e atribuir, já em 2001, no âmbito daquele documento, um subsídio no montante de 7500 contos.



Considera o Executivo ao aprovar a proposta do seu presidente, que a autarquia «não pode nem deve alhear-se da vida da Associação e que lhe compete atribuir para a sua sustentabilidade, atento o carácter voluntário da mesma e que importa defender e preservar como traço essencial da sua génese e filosofia».

Montijo

Município promove passeios turístico-culturais

A Câmara Municipal do Montijo vai amanhã, dia 7, mais uma vez levar a cabo a iniciativa «passeios turístico-culturais» no concelho.

Com este passeio a autarquia pretende proporcionar aos participantes um percurso que alie o património histórico-cultural, que predomina na cidade, ao vasto e diversificado património natural que se encontra nas freguesias rurais.

Ovar

Autarquia contra eliminação de paragem do Intercidades

A Câmara de Ovar ameaça avançar para «medidas firmes», que «levará até às últimas consequências», se a CP suprimir a paragem dos comboios Intercidades na estação daquela localidade.



«As medidas a tomar já estão todas pensadas, mas prefiro dizer apenas que afectarão seriamente o relacionamento da autarquia com a CP e com a própria Refer», disse o presidente da Câmara de Ovar, Armando França.

O autarca afirmou que tem «informações seguras» que apontam para a supressão das paragens do Intercidades em Ovar e queixa-se do «mutismo, quase secretismo» da CP face aos esclarecimentos que assegura ter pedido.

«A CP tem de se habituar a tratar as autarquias como um parceiro institucional e não fazer o que muito bem lhe apetece sem as consultar», defendeu Armando França.

O município de Ovar tem 54 mil habitantes, uma população que quase duplica no Verão devido à afluência de veraneantes às praias de Furadouro, Cortegaça e Esmoriz, todas próximas de estações ou apeadeiros da Linha do Norte. Junto do principal eixo ferroviário do País está também uma malha industrial «importante», onde trabalha «muita gente» que habitualmente se desloca para os postos de trabalho em comboio.

«Quaisquer alterações a anunciar pela CP que não tenham em conta esta realidade, diminuindo a circulação de comboios ou, por mera e absurda hipótese, retirando a paragem do Intercidades em Ovar, traduzem-se num péssimo serviço à população», diz Armando França.

Penha de França

Junta leva idosos à praia

O pelouro de Acção Social da Junta de Freguesia da Penha de França, da responsabilidade do camarada Manuel Oliveira Duarte, leva a efeito este Verão, mais uma vez, o programa «Praia para idosos».

Trata-se de uma iniciativa dirigida aos cidadãos residentes na Freguesia com a

idade mínima de 60 anos e que terá lugar na Costa de Caparica, de 3 a 7 de Setembro e de 10 a 14 de Setembro.

As idas diárias à praia, que incluem transporte e almoço gratuitos, decorrem entre as 9 e as 17 horas.

As inscrições podem ser feitas na secretaria da Junta, todos os dias úteis, entre as 15 e as 18 horas.

Povoação

Inaugurado Centro Social da Mordomia da Trindade

O presidente da Câmara Municipal da Povoação, camarada Carlos Avila, inaugurou recentemente um novo edifício onde vai funcionar a Mordomia da Trindade da Ribeira Quente.

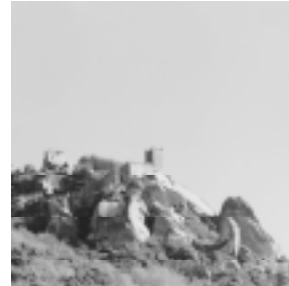
Este novo edifício, financiado pela Câmara Municipal, situado junto ao novo Porto, veio embelezar ainda mais aquela área.

Para além de servir a Mordomia da Trindade, é intenção do mordomo António Rego Braga disponibilizar os espaços para centro de actividades de crianças, jovens e idosos.

Sintra

Autarquia lança projectos inovadores para bebés e idosos

O município de Sintra vai lançar dois novos programas inovadores destinados aos recém-nascidos e aos idosos.



Assim, e destinado os idosos, a autarquia vai lançar o projecto «Sintra 24», que consiste na entrega domiciliária gratuita de medicamentos aos idosos do concelho.

Ainda no que respeita os idosos, foi criado recentemente o projecto «Oficina do idoso», que assegura a prestação de apoio domiciliário gratuito na área das pequenas reparações de construção civil, tais como electricidade, canalizações, serralharia, pequena bricolagem.

Em relação aos recém-nascidos, a autarquia lançou o programa «Bebés de Sintra», uma iniciativa que dará as boas-vindas aos bebés do concelho, estimulando o contacto precoce das crianças com os livros e apoiando as jovens famílias.

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA **Jorge Coelho afirma**

REMODELAÇÃO ALARGOU A BASE DE APOIO DO GOVERNO

O coordenador da Comissão Permanente do PS, camarada Jorge Coelho, considerou no dia 3 que a remodelação governamental alargou a base de apoio do Executivo no país e negou divergências com António Guterres.

Falando no final da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho fez questão de sublinhar que a sua análise mereceu unanimidade e que na reunião também esteve presente o ex-ministro das Finanças, Pina Moura, que participou na discussão «de forma muito positiva».

Jorge Coelho disse que a Comissão Permanente se revê «na metodologia política que presidiu à remodelação», que, entre outros aspectos, «demonstrou que o Governo ainda tem capacidade de alargamento».

«Na vida política temos de estar habituados a tudo, mas vamos dar luta de forma determinada e com mais protagonistas», avisou Jorge Coelho, para quem «estão reunidas as condições para que o Governo faça aquilo que tem a fazer».

Sobre as escolhas de António Guterres, o



coordenador da Comissão Permanente comentou que se trata «de um regresso ao espírito dos Estados Gerais» e não de uma questão de viragem política à esquerda ou à direita.

«A remodelação teve como objectivo encontrar os melhores protagonistas e a garantia de que haverá fidelidade ao programa do PS é dada pela presença de António Guterres», declarou.

Interrogado sobre eventuais divergências entre si e o primeiro-ministro, Jorge Coelho

desmentiu essas interpretações, «que dariam jeito a alguns sectores da vida política».

«Se há uma impossibilidade em política, é essa», acrescentou, ainda em referência aos rumores de desentendimentos com Guterres e já depois de ter frisado que «há 20 anos» que tem «uma relação de solidariedade com o primeiro-ministro».

Na conferência de Imprensa, na sede nacional do Largo do Rato, Jorge Coelho criticou o presidente do PSD, Durão Barroso, e insurgiu-se contra quem defende eleições legislativas antecipadas.

«Não vemos nenhuma razão para que Durão

Barroso - só por ter visto o PSD uma décimas à frente do PS numa entre muitas sondagens - fique logo inebriado com o cheiro do poder», acentuou Coelho.

De acordo com o coordenador da Comissão Permanente dos socialistas, essa hipotética estratégia de Durão Barroso tem como objectivo «salvar-se da confusão interna que reina no PSD».

Jorge Coelho defendeu que «não há qualquer razão que justifique eleições antecipadas», salientando, como exemplo, que ao longo da presente legislatura «nenhum diploma do Governo foi chumbado na Assembleia da República».

GAIA

Candidatura de Strecht

O candidato socialista à Câmara de Gaia, camarada Jorge Strecht Ribeiro, defendeu no dia 30 de Junho que a Junta Metropolitana do Porto não deve ser obrigatoriamente constituída por presidentes de câmara, como acontece actualmente.

O também deputado recordou «os problemas que têm ensombrado projectos estruturantes para a melhoria da qualidade de vida e das mobilidades na AMP», motivados pelo actual modelo de gestão da área metropolitana.

O novo figurino defendido pelo autarca permitiria, na sua opinião, «exigir do Governo central um reforço de descentralização, de contratualização e de poder de coordenação de investimentos», tendo em vista criar «uma nova autarquia metropolitana, electiva, com competências que se situam entre a região e o município».

Este discurso, feito na apresentação da candidatura de Strecht Ribeiro à Câmara de Gaia, Strecht Ribeiro salientou que Gaia é actualmente «a maior cidade do Norte de Portugal» e que «a tentação do portocentrismo é uma ideia do passado».

Na cerimónia estiveram presentes ex-ministros como João Cravinho e Maria de Belém Roseira e Fernando Gomes, actuais membros do Governo como Alberto Martins, o líder do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, e o presidente da Federação socialista do Porto, Narciso Miranda, entre outros.

Cravinho recordou os tempos em que uma sondagem dava 8 por cento de votos a Mário Soares no arranque da campanha que o levou à Presidência da República, desabafando o fundador do PS: «Vamos ter de trabalhar muito» para afirmar que Strecht Ribeiro não é um candidato derrotado à partida.

«É com orgulho que vejo aqui a velha alma de leão a dizer: vamos ter muito de trabalhar», acrescentou.

E aproveitou para propor a transformação de Portugal numa «grande área metropolitana europeia, poli-urbana, com todos os pólos trabalhando complementarmente».

Não dignificam a política

Narciso Miranda conseguiu entusiasmar os camaradas presentes com críticas aos militantes do partido - nomeadamente Fernando Sousa, ex-director do órgão oficial do PS, «Acção Socialista» - que afirmaram, pasme-se, ir votar no candidato da direita, Luís Filipe Menezes. «Os três ou quatro que saíram deviam tê-lo feito há muito tempo. Não dignificaram a política, nem se dignificaram a si próprios. Não se deviam ter aproveitado do PS», afirmou o camarada Narciso Miranda.

Socialistas da Madeira e dos Açores concertam estratégia para autárquicas

Dirigentes do PS Madeira e Açores reuniram-se no dia 30 de Junho no Funchal para reajustar estratégias a apresentar ao eleitorado nas próximas eleições autárquicas. José António Cardoso, responsável pelos socialistas madeirenses, realçou que, apesar das realidades diferentes, os desafios nas próximas eleições autárquicas de Dezembro colocados às estruturas do PS nas duas regiões autónomas são semelhantes ao PS. Referiu que dos 19 concelhos açorianos, o PS é apenas responsável por cinco câmaras, embora «tudo indique que a situação se vai alterar porque a população dos Açores entendeu que o discurso do PS é o mais ajustado às expectativas criadas em sociedades com as características das duas regiões».

«Estamos a procurar construir uma relação de confiança, há questões que são comuns, estamos a procurar apurá-las e alguma falha que ainda exista no nosso discurso rectificá-la para que as pessoas possam perceber que estamos na política de forma séria», disse José António Cardoso.

Vasco Cordeiro, vice-presidente do PS/Açores, participou na cimeira e marcou presença na conferência autárquica «Portugal Atlântico».

FAUL organiza

Debate «Modernização administrativa e desconcertação»

9 de Julho, 21.30 horas, Hotel Altis

Participação: camaradas Alberto Martins, ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, e Edite Estrela, presidente da FAUL

OEIRAS

Secção organiza sessão-debate

O Secretariado da Secção de Oeiras promoveu no passado dia 27 de Junho uma sessão-debate sobre a situação política nacional, que contou com a presença dos camaradas Jorge Bico da Costa, economista, administrador do ICOR, vereador da Câmara de Oeiras (não executivo) e Almada Guerra vice-governador civil de Lisboa.

Inserida na iniciativa «Conversas...», nesta sessão-debate, muito concorrida e participada, estiveram em discussão o Orçamento de Estado, o Orçamento Rectificativo, a Reforma Fiscal, o Rendimento Mínimo Garantido, a Comunicação Social, entre outros temas da actualidade política.

DISCURSO NA AR

António Guterres



A APOSTA SOCIAL TEM O RIGOR COMO COMPONENTE*

Cada Debate do Estado da Nação realiza-se num contexto político e económico particular. Este é marcado por dois elementos essenciais:

- o abrandamento da actividade económica;
- o fortíssimo ataque das forças políticas sobretudo à nossa direita, numa tentativa de descredibilizar a actuação do Governo e do primeiro-ministro.

Desta forma, este Debate do Estado da Nação é o mais político dos últimos anos. Por isso mesmo não vou debruçar-me exaustivamente sobre todos os domínios da vida do País e da acção governativa. Vou sim concentrar-me no essencial. E o essencial neste debate político sobre o Estado da Nação assenta em três pontos: 1º Denunciar de forma enérgica e determinada a tese repetida à exaustão nos últimos tempos, sobretudo por parte dos partidos de oposição à nossa direita, de que o País está em crise, à beira do abismo, com a economia a caminho do caos;

2º Apontar os verdadeiros problemas que o País enfrenta neste momento, bem como as políticas e acções necessárias para os vencer;

3º Contribuir para o restabelecimento de um clima de confiança, para que não predomine um clima de pessimismo face à verdadeira realidade do País.

Se é meu dever como primeiro-ministro reconhecer as dificuldades enfrentando-as com determinação, é também meu dever como primeiro-ministro desmontar a mitologia da catástrofe.

Em primeiro lugar porque ela é falsa. Já no debate mensal de Abril tive ocasião de demonstrar que Portugal não vive em recessão, embora tenha moderado o seu crescimento. Que está próximo do pleno emprego. Que não tem a inflação descontrolada, nem a subida dos preços verificada é resultado da política económica, como a própria Comissão Europeia reconheceu. Que nem estamos num processo de divergência acentuada em relação à Europa. Entre 1995 e 2000 convergimos mesmo em 5 pontos percentuais para a média europeia. Quanto a 2001 e anos seguintes, as estimativas das diversas organizações internacionais são hoje precárias e contraditórias, dada uma certa imprevisibilidade que subsiste em relação à desaceleração da actividade económica à escala mundial e ao momento de inversão desta tendência e por serem comuns as dificuldades enfrentadas por todos, o que faz rever em baixa todas as previsões de crescimento.

A tese da catástrofe é absurda e só pode querer prejudicar o País e os portugueses. Ela tem de ser vigorosamente combatida por ser falsa e por ser o indicador visível de um projecto para Portugal assente no desmantelamento do estado social e na



desregulação do mercado de trabalho. Um projecto cujas consequências são tais que o PSD, o PP e aqueles que os apoiam nem sempre têm coragem para o assumir publicamente.

A lógica da catástrofe, repetida à saciedade, é, de facto, o melhor argumento para a adopção das soluções radicais que muitos reclamam e que se baseiam na substituição dos traços essenciais do modelo social europeu por outros que, em nome de uma eficácia duvidosa, desumanizam a sociedade e limitam os direitos de cidadania. A lógica da catástrofe serve os que querem precarizar o emprego, desresponsabilizar o Estado da saúde e da segurança social, acabar com o Rendimento Mínimo Garantido.

Em relação ao aspecto mais citado da pretensa catástrofe, o nível da despesa pública, assistimos, aliás, a uma estranha atitude das oposições. Durante quase seis anos, orçamento a orçamento, projecto de lei a projecto de lei, não me lembro de nenhuma proposta de qualquer das oposições com o objectivo de diminuir a despesa pública. Ou seja, se fosse verdadeira a nossa caminhada para o abismo então as oposições tê-la-iam propositadamente desejado e para ela teriam mesmo em diversas ocasiões procurado determinadamente contribuir. Denunciado o mito da catástrofe, analisemos e enfrentemos as realidades. Pela minha parte não virei aqui dizer-vos que tudo está bem, ignorar os problemas, inventar uma versão seródia de um qualquer oásis cor-de-rosa, só para fazer jus à já estafada memória do oásis laranja. Como tenho afirmado a economia portuguesa enfrenta dois tipos de problemas. O primeiro tem a ver com o nosso atraso estrutural e qualitativo em

relação aos países mais prósperos da Europa, que se mantêm persistentemente há vários séculos. Vencê-lo é o principal designio deste Governo, a nossa proposta mobilizadora para a sociedade portuguesa. Ainda há dois meses pusemos a discussão política o Programa Integrado de Apoio à Inovação, conjunto estruturado e abrangente de medidas destinadas a melhorar substancialmente a produtividade e a competitividade das nossas empresas e da nossa economia.

Estou certo de que a sua concretização será um importante factor de confiança e mobilização.

O segundo tipo de problemas é de curto prazo e ocorre num contexto internacional este ano claramente menos favorável. Neles se incluem a desaceleração do crescimento económico, o nível da despesa pública corrente do Estado e o défice externo, sendo legítimo esperar que a pressão sobre os preços tenha um carácter meramente conjuntural.

Para todas estas questões definimos uma estratégia de combate, preparámos e estamos a executar as medidas necessárias para os vencer. Não desistimos. Recusamos o fatalismo.

Há dois meses assumi aqui e estamos a cumprir:

1º a aceleração do ritmo de execução do investimento público; 2º o incentivo à contratualização de investimento estrangeiro relevante; 3º o apoio forte ao investimento privado, acelerando a execução do Plano Operacional de Economia; 4º a aposta nas exportações, privilegiando o mercado espanhol; 5º o aprofundamento da consolidação das finanças públicas.

Trabalhamos para que Portugal tenha um crescimento económico mais sólido e

sustentado, assente sobretudo no investimento e na exportação e menos no consumo público e privado.

Trabalhamos para que, por esse efeito, se vá reduzindo gradualmente o défice externo e o endividamento do sistema financeiro face ao exterior, aproveitando a margem de manobra que nos é dada pela zona euro. Trabalhamos para que a despesa pública corrente cresça a um ritmo mais moderado, contribuindo simultaneamente para libertar recursos destinados aos sectores produtivos e ao investimento e para reduzir a dívida pública e o défice externo e para ainda que indirectamente, o alívio de tensões inflacionistas.

Os últimos elementos desta estratégia foram a Proposta do Orçamento Rectificativo para 2001 e, sobretudo, o Programa de Reforma da Despesa Pública recentemente aprovados pelo Governo. São medidas necessárias, corajosas e elaboradas com o indispensável bom senso, na fidelidade aos nossos valores políticos e ideológicos.

São medidas longas e cuidadosamente estudadas, para não afectarem nem o investimento, que é motor do crescimento económico, nem os progressos que a consciência social da acção governativa gerou no País. Numa palavra, para não inverter as nossas prioridades. É de facto indispensável ajustar a política orçamental à conjuntura económica externa e interna tendo em conta os nossos compromissos internacionais.

A situação mundial mudou muito desde a elaboração do Orçamento.

Hoje, admite-se que a economia americana cresce apenas 1,6 por cento, depois de 5 por cento do ano passado, estando afastada consensualmente a ideia de uma recuperação rápida no segundo semestre do ano, a chamada recuperação em forma de V. A opinião mais negativa, a do National Bureau of Economic Resources, indicia mesmo o início de uma recessão.

Também a desaceleração da economia europeia vai ser mais intensa do que se pensava. A interdependência entre os Estados Unidos e a União Europeia aumentou muito pelo número de compras de empresas americanas por empresas europeias e pelo facto da economia alemã, caso único na Europa, exportar mais de 30 por cento para fora da zona Euro. A maior sensibilidade da economia alemã ao que se passa nos Estados Unidos levou mesmo nos últimos dias dois institutos económicos daquele País (o de Kiel e o IFO) a preverem um crescimento de 1,3 por cento e 1,2 por cento, respectivamente, muito abaixo das estimativas oficiais, ainda perto dos 2 por cento.

Dado o peso da Alemanha na economia europeia, a confirmação destes indicadores levaria a um crescimento da área do euro inferior aos cerca de 2,5 por

cento neste momento ainda adoptados como referência.

Portugal não é imune a esta evolução. Houve de facto, no primeiro trimestre, uma clara desaceleração do crescimento. Mas há também melhorias recentes, que podem ser verificadas, por exemplo, na produção industrial, no consumo de cimento e na venda de veículos automóveis.

De qualquer forma seria irresponsável não prever uma diminuição das receitas fiscais em relação ao orçamentado, devido ao menor crescimento económico. É também prudente admitir que os significativos ganhos de eficiência fiscal, que nos últimos anos permitiram um crescimento da receita claramente acima do aumento do PIB, sem subida dos impostos, possam naturalmente tender a atenuar-se. Nestes termos é preciso tirar consequências ao nível da despesa corrente.

A reorientação da política orçamental pretende assim manter, nesta conjuntura mais desfavorável, os compromissos internacionais assumidos.

a) cumprir o défice previsto para este ano; b) preparar as condições necessárias à evolução das finanças públicas a que nos comprometemos no programa de estabilidade aprovado pela União Europeia.

O primeiro objectivo concretiza-se no Orçamento Rectificativo, que por isso mesmo deveria ser apresentado tão cedo quanto possível para produzir efeitos a tempo. Nele se incluem também medidas de apoio à poupança e ao mercado de capitais.

O segundo ponto é uma das motivações do Programa de Reforma da Despesa Pública.

A intenção firme de respeitar os nossos compromissos internacionais é um sinal indispensável para os mercados, uma vez que não queremos que o Estado, as empresas e os Bancos tenham de passar a pagar taxas de juro mais altas pelo seu endividamento.

O Mundo é como é, independentemente do que pensemos sobre o que deveria ser. A credibilidade internacional da política económica é fundamental para um pequeno país, nomeadamente quando ele depende ainda fortemente do investimento externo para o seu desenvolvimento.

Mas o Programa de Reforma da Despesa Pública tem objectivos mais amplos. Em primeiro lugar, a dificuldade de continuar a aumentar as receitas fiscais acima do crescimento do PIB, só pelo efeito do combate à fraude e à evasão, por muito intenso que ele seja, e sê-lo-á cada vez mais, conduz à necessidade de conter o crescimento das despesas. E isto é assim porque o Governo não quer subir as taxas dos impostos dos portugueses. Pelo contrário, está a reduzi-las, para beneficiar o rendimento disponível dos trabalhadores e das classes médias e garantir a competitividade externa das nossas empresas. Por isso estamos a diminuir as taxas do IRS e do IRC. Desde a Reforma Fiscal 1 milhão e seiscentos mil contribuintes não pagam IRS.

Por outro lado, a aposta no investimento implica o controlo rigoroso das despesas correntes. Daí o limite do crescimento que

o Programa define para a despesa corrente primária nos próximos anos. O próprio facto de, tal como o ministro das Finanças anunciou, esse limite poder sofrer adaptações, se a inflação o justificar, significa sempre que o essencial é que a despesa corrente primária cresça em cada ano significativamente menos do que o PIB nominal.

Não deixa de ser curioso que o PSD venha agora dizer que os trabalhadores do Estado não podem ser afectados pela consolidação das finanças públicas.

No seu auto-proclamado Programa de Emergência, propunha e passo a citar: «o estabelecimento de um Programa de redução da despesa pública primária em função do PIB a ritmo não inferior a 1 ponto percentual ao ano, até se atingir um valor claramente inferior à média da União Europeia».

Como seguramente o PSD não querará afectar o investimento, isto quer dizer que a despesa corrente teria de crescer ainda menos, com inevitáveis implicações na evolução possível dos salários da função pública. Aliás, já em Fevereiro passado, o porta-voz do PSD para a economia tinha dito que, se o PSD fosse Governo, teria decidido este ano aumentos salariais para a função pública inferiores a 3,71 por cento.

Como o próprio afirmava «nós teríamos que rever globalmente a política de finanças públicas e no contexto dessa revisão certamente que haveria uma maior contenção salarial».

PSD não tem emenda

O PSD não tem emenda. Continua sempre, em relação a todas as matérias, a propor uma coisa e a sua contrária. Tenta agradar a gregos e a troianos, neste caso aos arautos do neoliberalismo e aos sindicalistas da Função Pública.

Pelo nosso lado, reconhecemos a necessidade da moderação salarial, mas não aceitamos os despedimentos como forma de reduzir a despesa.

Tudo o que acabo de dizer, ao contrário do que se pretende fazer crer, corresponde a diagnósticos e opções que não podem constituir surpresa e que já diversas vezes tínhamos tornado públicos.

No debate da moção de censura do PSD, em 20 de Setembro, não deixei de dizer:

«Para ter êxito nesta estratégia precisamos de estabilidade política e precisamos também de ultrapassar as dificuldades da conjuntura económica nas finanças públicas, no défice externo e na inflação.»
«Pela nossa parte recusamos hoje, como recusámos sempre, o discurso do oásis.»
Em 27 de Abril repeti nesta Câmara:

«Desfeitos alguns mitos, enfrentemos os problemas. A curto prazo, neste novo contexto internacional, a previsível desaceleração do crescimento económico; as consequentes maiores dificuldades na

execução orçamental de 2001 e na preparação do Orçamento de 2002; e o défice externo».

«Para prevenir qualquer risco, para além da consolidação das finanças públicas em curso, vamos adoptar um novo grupo de medidas de contenção da despesa pública».

Os exemplos podem multiplicar-se: Não escondemos as dificuldades. Mas, em 30 de Junho de 2000, na moção de censura do PSD não deixei de advertir, com igual respeito pela verdade:

«Reconhecer as dificuldades e encontrar para elas, com equilíbrio, as necessárias soluções nada tem a ver com o alarmismo despropósito com que o PSD analisa a economia portuguesa e a sua visão catastrófica claramente contrastante com a verdadeira realidade do País.»

Não ocultámos o diagnóstico da mesma forma que não escondemos as medidas para lhe fazer frente. Três exemplos, apenas:

1º Em Abril passado anunciei que estava em curso uma forte aceleração do ritmo de crescimento do investimento público. Os efeitos já se estão a sentir. Temos aumentos de 130 por cento nos trabalhos realizados. Pela primeira vez em Abril deste ano, depois de um período negativo, as

vendas de cimento, subiram 14,4 por cento, em relação a Abril do ano anterior; 2º Na mesma altura informei a Câmara de que estávamos a acelerar fortemente a execução do Plano Operacional da Economia com objectivos quantificados. Estou em condições de anunciar que, concluída a fase da análise, iremos assinar em

Julho, só no âmbito do SIME (Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial) 280 contratos com o sector privado para um volume de investimentos de 380 Mc dos quais 95 em investigação aplicada. Isto para além de todas as outras medidas e incentivos;

3º As medidas aprovadas em Conselho de Ministros sobre a Reforma da Despesa Pública decorrem da análise do relatório da ECORDEP (Estrutura de Coordenação para a Reforma da Despesa Pública), nomeada por despacho do sr. ministro das Finanças de Janeiro de 2001. Nada de mais público e previsível.

Quero aqui reiterar publicamente o meu apreço aos membros da estrutura, com destaque para o seu presidente, o secretário de Estado do Orçamento e ao ministro das Finanças. A execução do Programa é uma prioridade do Governo, entra em vigor imediatamente e será controlada em reuniões mensais do Conselho de Ministros.

Queremos manter as metas para as finanças públicas para manter a credibilidade da política económica portuguesa e contribuir para as condições de ajustamento da economia. A política

orçamental fará a sua parte mas é também necessário que os agentes económicos ajudem a evitar uma espiral preços/salários para que se preservem a competitividade, o investimento e o emprego.

Como é sabido numa União Monetária o ajustamento a desequilíbrios excessivos acabará sempre a longo prazo por incidir no desemprego. Daí a importância de uma posição orçamental sólida e de prudência nos aumentos dos custos salariais e dos preços para defender o emprego, nosso objectivo fundamental.

Salto qualitativo na despesa social

Não omitimos sequer as exigências de rigor acrescido na própria política social. A despesa social (saúde, pensões, educação, habitação social, ...) deu um enorme salto qualitativo ao passar, em percentagem da despesa pública, de 46 por cento em 1995 para 57 por cento em 2001. Esta progressão não poderia ser permanentemente sustentada ao mesmo nível. Por isso, não deixei de referir, no debate de há um ano, com total clareza: «Dito isto, e mantendo tudo o que afirmei, é também óbvio que não será possível continuar a fazer crescer ao mesmo ritmo a despesa social e o seu peso no conjunto da despesa pública».

«Por isso, a consciência social terá agora que se afirmar de uma forma ainda mais evidente que no passado, ao nível da receita pública, pelo aprofundamento das medidas da reforma fiscal.»

Uma vez mais, nenhuma surpresa – foi o que fizemos.

Eis senhor presidente, senhoras e senhores deputados um discurso consistente e continuado.

Não nos podem acusar de ter ocultado os problemas. Quem não nos ouviu, das duas uma, ou era surdo ou não quis ouvir para hoje se poder permitir toda a demagogia política.

Mas nãoensem que o reconhecimento dos problemas me atemoriza ou cria complexos. Tenho muito orgulho em que, simultaneamente com a entrada de Portugal no euro e com um forte impulso modernizador da nossa economia e da nossa sociedade, tenha sido possível nos últimos anos diminuir o gravíssimo défice social herdado, em termos que se traduzem numa alteração qualitativa a favor da coesão nacional.

Dez exemplos apenas que mostram bem com tem evoluído o estado da Nação.

1º Mais 55 mil crianças abrangidas pelo pré-escolar. A taxa de cobertura subiu de 55 por cento para 75 por cento.

2º Em 1995 nem sequer se garantia a plena escolarização aos 12 anos. Hoje ela existe para os 15 e é de 85 por cento aos 17.

3º Em média, em cada 5 dias, há um novo edifício escolar. E quão diferentes são as novas escolas construídas.

4º Em 1995, 58 por cento dos candidatos ao ensino superior público ficaram de fora, mais de 46.800 alunos. Este ano foram excluídos sete vezes menos.

5º O aumento de vagas nas escolas de medicina cresceu 108 por cento de 1995 para 2001. Identicamente há mais 78 por

A despesa social (saúde, pensões, educação, habitação social,...) deu um enorme salto qualitativo ao passar, em percentagem da despesa pública, de 46 por cento em 1995 para 57 por cento em 2001

cento nas escolas superiores de técnicos de saúde e mais 64 por cento nas escolas superiores de enfermagem.

6º O número anual de consultas nos centros de atendimento a toxicodependentes passou de 133 mil para 311 mil.

7º O número de empregos aumentou em mais de 700 mil e os trabalhadores por conta de outrem em mais de 500 mil.

8º A pensão social, a mais baixa de todas, teve um aumento global de 78,6 por cento acima dos 70 anos e de 64,3 por cento nos restantes casos. No próximo mês quem recebe pensão social e tem mais de 70 anos terá um aumento intercalar de 5.000\$, com menos de 70 anos de 2.500\$. Os reformados do regime dos trabalhadores rurais, mais 2.750\$.

9º Em duas legislaturas quadruplica o número de idosos apoiados em suas casas, ao mesmo tempo que até hoje já encerrámos 195 lares funcionando em condições desumanas, tendo 457 sido objecto de intervenção.

10º Estamos a construir 7 500 fogos por ano, destinados a alojamento de famílias com carência extrema de habitação. Ou seja, estamos a construir por ano o dobro do que foi feito no conjunto dos 4 anos que vão de 1992 a 1995. Da mesma forma que triplicámos o apoio ao mercado de arrendamento.

Só para alcançar estes objectivos tem valido a pena o PS estar no Governo. É também em larga medida para os podermos manter e ampliar que vale a pena continuar, tomando as medidas necessárias que os consolidem, porque queremos evitar que outros, um dia, tenham a oportunidade e o pretexto para os destruir. Esta é uma linha de clivagem política fundamental. São estes indicadores que mostram que queremos uma economia de mercado mas não nos resignamos a uma sociedade de mercado. Por isso, aprovámos a Lei de Bases da Segurança Social que aprovámos e votou contra quem votou contra. Por isso, consideramos bem-vindo o contributo dos sectores privado e social à resolução dos problemas da saúde, mas não permitiremos que a saúde se transforme num negócio. Estamos particularmente à vontade neste domínio, porque nenhum Governo teve um programa de privatizações económicas tão ousado como o nosso e nenhum Governo associou o sector privado ao plano nacional de infraestruturas tão intensamente como o nosso.

Mas também nenhum se empenhou tanto na criação de entidades reguladoras independentes, para disciplinar os mercados, evitando os abusos de posição dominante contra os interesses dos consumidores em geral.

A aposta social tem também o rigor como componente. Encontrámos um ensino básico e secundário sem quaisquer provas ou exames finais. Hoje há exames finais no 12º ano e está em curso o programa de cobertura integral com provas de aferição para o 4º, 6º e 9º anos. Os dois primeiros já se realizaram este ano.

Rigor também na atribuição das prestações sociais. Nunca como hoje foi tão apertada



a fiscalização quer nas contribuições para a segurança social, quer na atribuição dos subsídios de doença, de desemprego ou do rendimento mínimo garantido. Aliás, neste último caso, a diferença entre a nossa política e as alternativas de direita que proclamam a catástrofe é bem esclarecedora.

Para apoiar o Rendimento Mínimo Garantido o Orçamento Rectificativo prevê gastar apenas 45 milhões de contos, contra os 60 milhões inicialmente atribuídos. Porque? Porque ao fim de 3 anos apenas, a fiscalização rigorosa e a melhoria da situação social do País, melhoria que também é parte do Estado da Nação, fazem com que, neste momento, o número de beneficiários seja inferior a 370 mil, quando era superior a 420 mil há um ano. Em França, por exemplo, a velocidade de cruzero levou dez anos a atingir.

No último mês houve 4.394 famílias beneficiárias que deixaram de o ser, na sua grande maioria pelo aumento do seu rendimento familiar. Apenas 2.229 entraram para o sistema.

Direita quer desmantelamento do Estado social

A Reforma da Despesa Pública de um Governo socialista passa assim por garantir este direito de cidadania, tornando-o simultaneamente rigoroso e eficaz na reinserção social. Para as oposições à nossa direita passaria por extinguir o rendimento mínimo garantido, como sinal claro da lógica de desmantelamento do Estado social que referi.

Importa sublinhar que o sinal mais importante do Programa da Reforma da Despesa Pública é que ele visa, para além da indispensável contenção da despesa, uma verdadeira aposta na modernização

A situação económica não justifica a onda de pessimismo que alguns têm alimentado. A economia continua a crescer, ainda que com algum abrandamento, continuamos próximos do pleno emprego e o rendimento disponível dos portugueses continua a aumentar.

e reforma da administração pública. Aposta que é indispensável para eliminar desperdícios, desburocratizar as relações com os cidadãos e as empresas, melhorar a qualidade dos bens públicos postos à disposição da sociedade e aumentar a confiança das pessoas

no Estado. Isto traduz-se numa dignificação dos agentes da administração pública. Não na sua menorização.

Terceiro ponto a que quero aludir, o restabelecimento do necessário clima de confiança. A questão mais importante para um melhor e mais rápido relançamento da nossa economia é a da confiança. Reconheço que há em muitos portugueses, como trabalhadores, como consumidores, como empresários, uma evidente quebra de confiança em relação ao que acontecia há um tempo atrás.

Quebra de confiança que não tem muitas vezes nada a ver com a situação em concreto de cada um, mas com um clima geral que se foi instalando na sociedade portuguesa e que, em qualquer caso, vai muito para além das razões objectivas que a poderiam causar.

A situação económica não justifica a onda de pessimismo que alguns têm alimentado.

A economia continua a crescer, ainda que com algum abrandamento, continuamos próximos do pleno emprego e o rendimento disponível dos portugueses continua a aumentar.

É verdade que o forte crescimento económico dos últimos anos gerou um desequilíbrio externo associado ao endividamento dos particulares e das empresas, uma vez que a dívida pública em percentagem do PIB, tem vindo a diminuir. Este endividamento foi possível pela descida das taxas de juro. Mas o financiamento do défice com o exterior é hoje feito em Euros, sem risco cambial e

intermediado pelos Bancos portugueses que os mercados justificadamente consideram ter uma situação sólida em termos de solvabilidade e rentabilidade.

Neste quadro de funcionamento do mercado actuam naturalmente mecanismos de autocorreção. É o que começou a acontecer na economia portuguesa. Entrámos numa fase de necessário ajustamento como afirmava o Governador do Banco de Portugal numa declaração feita em Maio passado que passo a citar:

«Todos estes desenvolvimentos revelam que se iniciou uma desejável correcção dos desequilíbrios que emergiram na economia portuguesa. Embora ainda insuficiente, esta evolução significa que está em curso a "aterragem suave" da economia.

A sua continuação implica, naturalmente, uma desaceleração do crescimento económico, que será sobretudo visível este ano. Uma desaceleração não é, porém, uma crise. No nosso caso e na presente situação, significa mesmo uma forma de evitar uma crise futura. Os mecanismos auto correctores associados a um endividamento excessivo começaram a funcionar e vão acentuar-se em 2001.»

A quebra de confiança que referi tem muito naturalmente a ver com o alarido catastrofista que surge em diversos sectores da opinião política e económica, que têm sempre, aliás, como é inevitável, enorme repercussão pública. Mas ao Governo compete ser capaz de dar sinais claros que explicitem a sua estratégia e as suas políticas para enfrentar e resolver, quer os problemas estruturais do País, quer os que causam preocupação a mais curto prazo.

Essa é a minha responsabilidade. Nisso me empenharei com toda a energia porque acredito no projecto do PS, mas acima de tudo porque acredito na capacidade dos portugueses, sobretudo quando se sentem mobilizados pela clara compreensão dos desafios que enfrentam.

A nossa inserção no espaço europeu é, aliás, um fortíssimo factor para o restabelecimento da confiança. Ela traz consigo acrescidos critérios de exigência e rigor nomeadamente ao nível do défice público. Mas, por outro lado, põe-nos ao abrigo de situações de grave crise económica, como aquelas que várias vezes ocorreram no passado, protegendo o valor da nossa moeda, não permitindo níveis exagerados de inflação ou de taxas de juro, de que também infelizmente a memória nos poderá recordar.

Mas não basta esse conforto. É missão do Governo tornar mais bem conhecidas e mais bem compreendidas as suas estratégias e as suas políticas. É missão do Governo garantir uma maior eficácia na administração para que as pessoas sintam um dia a dia melhor.

Esta missão corresponde para mim a um dever indeclinável. Um dever que quero e espero saber cumprir, como os portugueses merecem e exigem.

*Discurso do Estado da Nação proferido pelo primeiro-ministro na Assembleia da República, no dia 28 de Junho

Nota: Títulos e subtítulos da responsabilidade da Redacção

POLÍTICA

Jorge Coelho

ESTÁ NA HORA



Vivemos uma época com características muito próprias. Muito ruído, muita informação, muita contra-informação, muito ajuste de contas... em suma, vale quase tudo. Mas com serenidade e com os pés assentes no chão, digam-se algumas verdades. O País tem problemas. Com certeza que tem. Há um clima de alguma intranquilidade e desconfiança em sectores da sociedade portuguesa. Também há. Há verdadeiras razões para isso? Vamos ver.

Primeira nota

Afirmado e reafirmado pelo Governo. No ano de 2001 a nossa economia vai crescer, mas crescer um pouco menos do que cresceu nos últimos anos. Mas, peça desculpa por repetir, vai crescer. Ou seja, por mais que alguns insistam, não há recessão no nosso país. Isso verificou-se em 1994, ano em que o crescimento foi negativo.

Face a isto, partidos da oposição e alguns sectores da sociedade civil anunciam a tragédia.

Mas a questão que se coloca é: Será uma situação isolada em Portugal? Então e os Estados Unidos que tinham previsto um crescimento de 5 por cento e acabam de o corrigir para 1 por cento?

Então e na Europa, a Alemanha com um crescimento de 1 por cento que alguns analistas já consideram perto da recessão? Então e o que dizem os nossos arautos da desgraça desta situação? Só o Governo português é incompetente por ter errado as previsões? Os EUA e a Europa que têm situação ainda mais difícil, que apreciação lhes merece? Compreensão para o exterior, demagogia cá dentro.

Segunda nota

Como é óbvio e dizer o contrário seria meter a cabeça debaixo da areia, o Governo tem cometido erros e nem sempre tem tomado, de forma activa ou reactiva, as medidas que, por vezes, a situação impunha. Mas uma coisa é verdade. Em nenhum momento, nenhuma decisão tomada pôs em causa o projecto de desenvolvimento e solidariedade que começámos em 1995. Contra as tentativas de alguns sectores políticos de encontrar soluções neoliberais para todos os problemas, o camarada António Guterres manteve, no fundamental, uma grande firmeza de princípios e de valores.

Temos problemas em sectores vitais para a vida dos portugueses que ainda não conseguimos resolver? É óbvio que sim. Já falhámos algumas das soluções que

encontrámos para fazer frente a esses problemas? Também é verdade.

Mas, também é verdade que temos procurado e temos capacidade de continuar a lutar e a trabalhar para resolver os problemas e melhorar a qualidade de vida dos portugueses e, em especial, dos mais desfavorecidos.

Mesmo com todos os erros cometidos o que é um facto é que a alternativa não surgiu. Se a opinião pública olha para o Governo e para o PS com algumas dúvidas, mais certezas tem no facto de as oposições não serem efectivamente alternativa credível e de confiança.

Terceira e última nota

Face ao que referi, ao que leio, ao que vejo e ao que sei, a questão de fundo que hoje se coloca à sociedade portuguesa é outra, é política, é da natureza do modelo político que governa o País.

Assistimos hoje a uma enorme campanha em Portugal para derrubar o Governo, o Primeiro Ministro e, acima de tudo, o PS.

Reconheço que deve provocar muitas dores de estômago a alguns sectores da sociedade, o PS já estar no poder há seis anos, quando, para esses sectores, isso é quase um sacrilégio, pois para eles a Direita

deve governar e a Esquerda opor-se. São hábitos.

Devemos compreender o que é essencial. Vivemos um momento que exige um forte combate político e ideológico.

Para alguns chegou a hora de afastar os socialistas do poder. Um dos motivos, par mim o mais profundo e real, reside no facto do Governo ter mexido em interesses que ninguém tinha ousado mexer. Como tal...

Para outros, querem ver se chegou a sua vez. Mas como sentem que o País não os reconhece como alternativa, fazem do dia um cavalgar permanente de iniciativas, rumores e tudo o resto que só contribuem também para o maior afastamento do País Real. Mas que causam confusão e estragos, causam.

Ao PS e ao Governo resta-lhe perceber com rigor o que se está a passar, combater, prosseguir, corrigindo de forma definitiva o que está mal, o seu projecto, separar águas e ir até às últimas consequências.

Reganhar a confiança dos portugueses, assumir com coragem e determinação os desafios da modernidade do progresso e da solidariedade e criar um clima de acção que mobilize a sociedade, são os desafios que António Guterres tem à sua frente e que só ele, assumindo de frente esse combate, pode torná-lo vitorioso.

Penso que está na hora.

ACTUALIDADE

Guilherme d'Oliveira Martins

LINHA DE RUMO
RIGOR E COESÃO SOCIAL

«Recusamos a sociedade de mercado que nos conduziria a encerrar o conjunto dos valores sociais como valores monetários e o conjunto das relações sociais como relações meramente mercantis.»

António Guterres

Os países e os governos testam-se nas dificuldades. E não há pior atitude do que iludir as dificuldades ou escondê-las. A conjuntura internacional apresenta sinais de incerteza. Não se trata de recessão, mas de um abrandamento. O certo é que a prosperidade não está ao virar da esquina. É preciso retomar a confiança. Em Portugal não estamos imunes a essa incerteza.

Precisamos, por isso, também nós, de estar atentos aos sinais - e de tirar consequências enquanto é tempo. Uma economia periférica, aberta ao exterior, não pode perder tempo.

Há, por isso, que recusar claramente um clima de crise - não por excesso de confiança e de optimismo ou por complacência, mas para que os decisores políticos, os agentes económicos e os consumidores não se tornem os piores inimigos de si próprios antecipando cenários e expectativas negativos, que podem ser contrariados se

não houver uma espiral de erros, que muitas vezes ocorre nestas circunstâncias. Como gostava de dizer Winston Churchill a grande reforma de que a política necessita é a de permitir que a sabedoria se desenvolva mais rapidamente que a loucura. A economia e a gestão de expectativas exige-o. Cabe, assim, ao Parlamento e ao Governo antecipar as perspectivas positivas, sem dramatização, mas com determinação, enquanto é tempo. Decidiu, por isso, o Governo preparar uma proposta de alteração do Orçamento de Estado, para que no lugar próprio - a Assembleia da República - as decisões sejam tomadas, em nome do rigor das finanças públicas e do incentivo à poupança e ao investimento.

Com toda a serenidade e sem gestos políticos dramáticos, do que se trata é de usar os meios adequados para que os agentes económicos, os cidadãos e os consumidores saibam que o Governo e as instituições democráticas querem garantir que a retoma da economia ocorra em benefício de todos. Seria fácil pensar-se em gestos espectaculares que só levariam à confusão e à crise - pelo contrário deve prevalecer uma atitude responsável que as oposições, nas primeiras reacções, parecem querer compreender. Deseja o Governo, no fundo,

fazer funcionar as instituições, com normalidade e estabilidade, em nome do princípio essencial de que as legislaturas e os mandatos devem ser cumpridos - agindo no tempo próprio e não adiando as medidas urgentes.

O Governo assume as suas responsabilidades e as suas próprias competências - no tocante à despesa pública, ao combate ao desperdício burocrático e à salvaguarda das prioridades sociais - do mesmo modo que o Parlamento é chamado na medida dos seus poderes. É preciso que interiorizemos a ideia de rigor com todas as suas consequências. Não pode nem deve haver dúvidas ou hesitações. O país não pode viver acima das suas possibilidades. A coesão social obriga, por isso, a que quem mais necessita não seja penalizado. Eis porque medidas sociais como o rendimento mínimo garantido e a concretização do pacto de solidariedade, ou como as respeitantes à Educação e à Saúde têm de ser asseguradas, com maior eficiência e equidade. Sejamos, pois, claros: a confiança económica, o rigor financeiro fazem-se com respeito dos objectivos de coesão social e de prioridade ao emprego. Eis porque é necessário agir desde já e sem delongas, através do rigor, para prevenir e evitar um cenário de

austeridade.

Ouvem-se já em algumas oposições as receitas fáceis dos cortes cegos - que seriam feitos à custa das classes médias e dos rendimentos mais baixos - através do flagrante esquecimento da coesão. É esse o caminho que recusamos - por razões políticas e de cidadania. Rigor e coesão exigem, porém, um sentido de responsabilidade acrescido. É preciso combater a despesa não reprodutiva, cortar no supérfluo, favorecer a poupança e o investimento, assumir limites no crescimento da despesa pública e no seu peso no produto interno. Rigor e coesão são as palavras de ordem. A Europa vai crescer, mas menos do que estava previsto. Portugal, também. É preciso compreendê-lo. Mas há sinais positivos na economia nacional que importa aproveitar: a redução do desequilíbrio das contas externas, a evolução das exportações, a substituição de capitais especulativos por investimento criador de emprego, o retomar da actividade de construção depois de um inverno para esquecer.

Em democracia não há lugar a sebastianismos, nem a adiamentos. É tempo de rigor, para criar melhor riqueza e para melhor a distribuir. Queremos ser fiéis a essa marca.

POLÍTICA

Medeiros Ferreira

REMODELAR: UMA ARTE PORTUGUESA



Cada país contribui com a sua experiência para a arte política: a Itália renascentista foi o laboratório dos preceitos maquiavélicos, a França napoleónica suscitou as grandes teorias sobre a condução de campanhas militares. O Portugal democrático, membro da Comunidade Europeia, ficará na história da ciência política como o Estado onde se apurou melhor a arte da remodelação governamental. E, sem pretender atingir a universalidade de Maquiavel e de Clausewitz, alguém terá de conceptualizar desde já algumas regras sobre os acontecimentos governamentais dos últimos 15 anos. Se as remodelações cavaquistas e guteristas se perderem na vagem insaciável da História, ao menos que perdem as suas preciosas regras... E, quer queiram quer não, a História tem uma inclinação para a dialéctica: foi a partir da estabilização dos governos da legislatura em 1987 que se sucederam as remodelações intercalares.

A estabilidade das legislaturas assenta num triângulo formado pelo primeiro-ministro, que dirige o partido maioritário, pelos deputados desse partido, que entram e saem, e pelo Presidente da República, que reina nas sondagens. Desde que os governos deixaram de cair às mãos do Parlamento ou do PR, gastam-se ministros às dezenas. Já ninguém se lembrará de mais do que de cinco governantes do tempo

do cavaquismo, mas o vaivém foi enorme. Enquanto Cavaco Silva estava fresco, recrutava com facilidade os seus ministros. Com a excepção de Álvaro Barreto, que terá genuína dificuldade em lembrar-se dos primeiros-ministros dos governos de que fez parte, as personalidades escolhidas não perduraram depois da sua queda. Durão Barroso, Joaquim Ferreira do Amaral e Manuela Ferreira Leite lutam rijamente para que esta regra se lhes não aplique. Observo com atenção esse esforço, que dura há seis anos.

Com Cavaco Silva também se inaugurou um dos erros mais frequentes nas remodelações próprias dos períodos de estabilidade dos primeiros-ministros: a substituição de um ministro por um secretário de Estado da mesma pasta. Tal prática não é de molde a suscitar as virtudes da lealdade e do bom funcionamento entre membros da mesma equipa ministerial. Nem os ministros podem estar descansados com os seus secretários de Estado (sobretudo se os não escolherem!), nem estes entre si se dedicarão à estima mútua. Sempre que um secretário de Estado passar imediatamente a ministro da respectiva pasta instala-se uma crise endémica.

Essa crise endémica só é atenuada pela existência de secretários de Estado que juraram perante si próprios nunca se demitir. Reconhecê-los é tarefa fácil para um

primeiro-ministro com conhecimentos rudimentares sobre a natureza humana. A estabilidade executiva alcançada desse modo não tem preço, e só a ingratidão do regime democrático ainda não permitiu que se fizesse a homenagem devida ao secretário de Estado desconhecido.

A outra solução é a de se formar um governo em que o primeiro-ministro só tem secretários de Estado. Foi a grande ambição de Cavaco Silva e esteve quase a alcançá-la, não fora o caso já mencionado de Álvaro Barreto e de uma ou outra personalidade nortenha. Há 15 anos que a estabilidade governativa apenas significa a manutenção em funções do mesmo primeiro-ministro. Deste modo, toda a arte da remodelação repousa na personalidade que levou o seu partido à vitória em determinado momento. Por isso, é conveniente dar alguns conselhos às personalidades envolvidas na altura das remodelações.

Assim, um ministro remodelável tem todo o interesse em conhecer a lista dos eventuais convidados que possam negar-se a um tal sacrifício. Se se conseguir fazer constar que as primeiras escolhas recusaram, dificulta-se, em princípio, a substituição. O único senão dessa manobra reside na possibilidade de o primeiro-ministro em exercício também pretender fazer de conta que quis o concurso de certas personalidades e que estas, egoisticamente, recusaram. Por

exemplo, se o primeiro-ministro fizer o convite em pé, ou pelo telefone, em princípio é porque está ansioso para passar à frente. No caso de o ministerial não atribuir uma demasiada importância ao que o chefe do Governo possa pensar, até pode aceitar o convite sem cuidar de saber que garantias lhe serão oferecidas. Estes personagens em geral nunca acreditam em promessas e por isso as dispensam. Essa gente é um verdadeiro perigo para um primeiro-ministro que goste de humilhar os seus colaboradores como forma de se desembaraçar deles.

Por último, uma palavra sobre os modos de sair do Governo. É nesta matéria, aliás, que o consulado guterista se tem revelado mais rico.

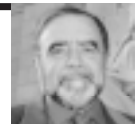
Há os que sabem sair pela porta grande: António Vitorino, Jorge Coelho, João Cravinho. Há os que saem bem e depois não conseguem calar o que lhes vai na alma: Sousa Franco, Manuel Maria Carrilho, Maria de Belém. Há os que saem mal e o proclamam. Foi agora o caso de Manuela Arcanjo. Há os que saem a mal, mas portam-se bem. Foi assim Pina Moura. E há ainda os que não sabem se devem mencionar a sua passagem pelo Governo no seu rico currículo pessoal. É o caso de Vera Jardim e de Castro Caldas. Como se calcula, ainda haverá muito mais matéria para reflexão futura

In «Diário de Notícias», 03-07-2001

PERSPECTIVA

Manuel Alegre

A ÚNICA SAÍDA PARA GUTERRES



Empresários, banca, Igreja, Forças Armadas e de segurança. Os três primeiros porventura mal agradecidos, as duas últimas com as suas razões. Os poderes fácticos levantam-se. Contra o Governo, certamente. Mas talvez não só. Talvez que de um modo ainda não politicamente claro estejamos a caminhar para um novo tipo de «pronunciamento». Não que se pretenda pôr em causa a democracia. Estamos na União Europeia, os tempos são outros. Mas se não houver uma resposta política adequada, pode muito bem acontecer que Portugal se encontre em vésperas de uma gravíssima crise política, que poderia afectar, não apenas o Governo, mas o actual quadro político-partidário e até o sistema tal como está constitucionalmente configurado. Já aconteceu na Itália, que é membro fundador e determinante da União Europeia.

Esta é uma crise de tipo novo. Por isso ela exige uma reflexão profunda dentro do sistema e do sistema sobre si próprio. Ninguém está imune: nem Presidente da

República, nem Assembleia, nem Governo, nem partidos políticos. A emergência dos poderes de facto também é fruto das fragilidades e bloqueamentos do sistema político. Sobretudo do excesso de aparelhismo e da falta de qualidade da vida político-partidária. Bom será que o Governo e o PS sejam capazes de compreender os sinais e admitir que as dificuldades actuais resultam não apenas do arrefecimento da economia mundial mas também e sobretudo de omissões e erros próprios. Basta lembrar o recente Congresso do PS onde nada se discutiu e onde se proclamou que estava tudo bem no melhor dos mundos possíveis. Há menos de dois meses. Autismo, auto-satisfação. E também falta de coragem para adoptar, em devido tempo, medidas impopulares. Por exemplo: a decisão de não aumentar os combustíveis no ano passado representou para o Estado um encargo adicional de 120 milhões de contos.

O Programa de Redução da Despesa Pública agora apresentado pelo Governo contém algumas medidas que não podem

deixar de ser apoiadas. Mas o problema é o de saber qual a estratégia política que o suporta. Se se trata de medidas avulsas destinadas a fazer face à conjuntura e a pressões várias ou se, pelo contrário, há uma reorientação estratégica no sentido de sanear as finanças públicas para aplicar com mais rigor e celeridade as reformas necessárias. Sabe-se o que certos poderes fácticos e a direita querem: privatizar o máximo de funções sociais do Estado, impedir a reforma fiscal, esvaziar o Serviço Nacional de Saúde, pôr em causa o sistema público de Segurança Social. Não pode ser esse o sentido das reformas do Governo do PS. Como conjugar contenção de despesa pública e a viabilização dos serviços e direitos sociais? Não é fácil. Nada do que é importante é fácil. Mas é nas horas difíceis que se conhece e verdadeira dimensão dos homens políticos. Por isso escrevo aqui o que já disse a António Guterres: quem o aconselha a resguardar-se dá-lhe um mau conselho. Já não há operação de «marketing» que permita inverter a situação. O primeiro-ministro é o

alvo principal. E com ele o Governo e o PS. E talvez não só. Anda-se por aí à procura de uma alternativa. O que é novo e preocupante é que talvez se procure mais fora do PSD e do PP do que dentro deles. Por isso eu sublinho que talvez se deseje uma alternativa não apenas ao PS mas ao próprio quadro partidário tal como ele existe. Há, de certo modo, uma corrida contra-relógio. Muito mais do que a imagem do primeiro-ministro está em causa o futuro do Governo e do PS, assim como a própria capacidade do sistema para encontrar dentro de si uma solução. Trata-se de saber se essa solução ainda pode ser António Guterres e o PS. E por isso António Guterres só tem uma saída: é contra-atacar, dar a cara, mostrar ao país que existe um projecto, um rumo, uma vontade. Algo que está para lá dele e que é mais importante do que qualquer sondagem. Só assim ele poderá responder a quem o ataca e convencer os portugueses de que o PS ainda é a solução e de que ele, António Guterres, ainda pode ser uma alternativa a si mesmo.

In «Expresso», 30-06-01



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Arte africana em Abrantes

Até ao próximo dia 22 poderá desfrutar de «Arte Africana», mais uma tentadora proposta da Galeria Municipal. Trata-se de uma exposição colectiva, da autoria de três jovens artistas africanos, Duda, Tchang André e Salanga Yang Ricardo.

A mostra pode ser visitada, de terça a sábado, das 14 às 20 horas, e ao domingo, entre as 15 e as 19 horas.

Exposição em Albufeira

A exposição de pintura de Stela Barreto e Franco Charais espera por si até ao dia 30, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros.

Concerto em Amarante

Integrado no Festival Música na Região Norte, um certame organizado no âmbito dos Encontros de Música da Casa de Mateus, o auditório do antigo Cine-Teatro recebe, na terça-feira, dia 10, pelas 21 e 30, um concerto pela pianista japonesa Kiki Kashiwagi. O programa do espectáculo inclui obras de Franz Schubert, Franz Lizt, Edvard Grieg, Claude Debussy e Sergei Prokofiev.

Fotos em Coimbra

A exposição de fotografia «Ao Redor de Coimbra», de António Costa Pinto e Dinis Manuel Alves, encontra-se patente ao público, até ao dia 29 de Julho, na sala da cidade da Casa Municipal da Cultura.

Desportos em Fafe

No âmbito da III Semana da Juventude do concelho, decorre, amanhã, uma prova de kart cross e futebol de praia, voleibol de praia, street basket, escalada, rappel, slide e tiro de precisão (com arco e zarabatana), a partir das 9 e 30, no logradouro traseiro da Casa Municipal da Cultura.

Bailado em Faro

A Companhia Nacional de Bailado apresenta, amanhã e no sábado, a partir das 21 e 30, no Cinema Santo António, um espectáculo de dança clássica.

Trata-se de uma série de excertos de alguns dos bailados mais célebres, como «O Lago dos Cisnes», «Giselle», «A Bela Adormecida», «Agon e Raymonda».

Já no fim-de-semana (7 e 8 de Julho), pelas 22 horas, os claustros do Museu Arqueológico e Lapidar Afonso III acolhem o espectáculo «Querenças e Virtudes», da autoria de Ana Cristina Oliveira e Teresa Henriques.

Teatro em Guimarães

A Orquestra do Norte dará um espectáculo,

hoje, a partir das 22 horas, no Paço dos Duques de Bragança.

Amanhã e no sábado não deixe de assistir, no auditório da Universidade do Minho, à peça humorística «O Último a Rir», com José Pedro Gomes.

A Praça de São Tiago será palco, segunda-feira, dia 9, pelas 22 horas, de um encontro musical de tradição europeia com Ivo Papisov, da Bulgária.

No Largo da Oliveira poderá assistir à exibição, durante as noites de Verão das terças, quartas e quintas-feiras, a uma sessão de cinema. Assim, no dia 8, veja «O Gladiador», de Ridley Scott e um dia depois, aprecie a actuação de Tom Hanks em «O Naufrago», de Robert Zemeckis.

Dança no Montijo

A autarquia local promove mais um festival de danças, no dia 8, pelas 21 e 30, na Academia Musical União e Trabalho, em Sarihos Grandes.

O certame terá continuidade no dia 15, à mesma hora, na Atalaia (Sede do Rancho Folclórico da Juventude Atalaiense).

A partir de dia 9 e até 13 de Julho decorre a iniciativa «Férias no Parque», das 10 horas às 12 e 30 e das 15 horas até às 17 e 30, no Parque Municipal.

Capoeira em Lisboa

Amanhã estreiam nas salas de cinema alfacinhas as películas «Pearl Harbour», de Michael Bay; e «You Can Count On Me», de Ken Lonergan.

A Praça Sony, no Parque das Nações, foi o local escolhido para o Festival Zero Um, a decorrer este sábado, dia 7, a partir das 22 horas.

O Museu da Cidade será palco, a partir das 19 horas de domingo, dia 8, de um

espectáculo de capoeira que decorrerá no âmbito da graduação dos alunos da Escola Raízes de África.

Filme em Paredes de Coura

«O Regresso da Múmia», de Stephen Sommers, é o filme a que poderá assistir se passar pelo Centro Cultural, este sábado, dia 7 (22 horas) ou no domingo, dia 8 (15 e 22 horas).

Cantares em Portimão

O Grupo de Cantares da Figueira animará musicalmente o Largo Gil Eanes, este sábado, dia 7, a partir das 22 horas.

Pintura e cerâmica em Sintra

«25 Anos de Pintura» é o título da mostra de Maria Adelaide Cabral, que vai estar aberta ao público, até quarta-feira, dia 11, na Galeria Municipal do Museu Regional. A Galeria Municipal da Praia das Maças alberga, até ao dia 16, uma exposição de pintura e cerâmica de Ana Maria Casanovas, Maria S. José Glória, Ana Glória e Ana Maria Garcia.

A mostra poderá ser visitada de terça-feira a domingo, entre as 14 e as 19 horas.

Samba em Vila Real de Santo António

O Festival «Rota do Atum» vai para Monte Gordo no próximo fim-de-semana, dias 6, 7 e 8 de Julho.

O agrupamento musical brasileiro Terra Samba actua, este domingo, dia 8, a partir das 22 horas, na Praça Marquês de Pombal.

SUGESTÃO

Os Dois Gémeos de Veneza

Imaginar a responsabilidade de um actor ao aceitar o desafio de representar o duplo protagonista de «Os Dois Gémeos de Veneza» não é tarefa difícil. Dai que seja estimulante e gratificante assistir à notável interpretação de Massimo Popolizio dos irmãos gémeos Tonino (o sábio e civilizado) e Zanetto (o tolo e ingénuo), figuras centrais de um enredo verdadeiramente policial, escrito na primeira metade do século XVIII, por Carlos Goldoni.

A história de «I Due Gemelli Veneziani» começa com o reencontro, em Verona, de dois irmão gémeos separados à nascença, acompanhados pelas respectivas namoradas.

Dado as raparigas não saberem que estão perante dois gémeos, acabam por cair em deliciosos equívocos hilariantes. Os comportamentos dos gémeos são de tal forma esquizofrénicos, que conduzem todas as personagens a uma divertida, embora trágica, «loucura universal».

Luca Ronconi, o encenador, explora magistralmente o jogo de duplicidades, conseguindo surpreender no final.

Assim não perca a representação de «Os Dois Gémeos de Veneza», hoje, amanhã e no sábado, dia 7, às 21 horas, no grande auditório do Centro Cultural de Belém.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Romance de seu Silva Costa

«Seu Silva Costa chegou na ilha...»

Seu Silva Costa chegou na ilha: calcinha no fiozinho dois moeda de ilusão e vontade de voltar.

Seu Silva Costa chegou na ilha: fez comércio di álcool fez comércio di homem fez comércio di terra.

Ui!

Seu Silva Costa virou branco grande: su calça não é fiozinho e sus moeda não têm mais ilusão!

S. Tomé

Francisco José Tenreiro
In «Coração em África», 1982

XXXVI Festival de Música de Sintra

10 de Julho, 21h30
Palácio Nacional de Sintra

VIRTUOSI
VAG PAPIAN Piano

Programa
Mozart, Grieg, Chopin, Vitali, Schumann, Brahms, Dvorák,
Saint-Saëns, Sarasate, Glazunov, Prokofiev e Khatchaturian



SALÁRIOS, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

1. Na terça passada, 3 de Julho, o governador Vítor Constâncio deslocou-se à Comissão de Economia, Finanças e Plano da Assembleia da República para proceder à apresentação prévia do relatório do Banco de Portugal relativo ao ano de 2000. Apresentou ainda, numa espécie de carta aos deputados, um conjunto de riquíssimas considerações sobre a situação económica nacional, traçando as linhas de evolução recente. Entregou ainda na Comissão, um conjunto de perspectivas e previsões sobre a evolução para os próximos tempos.

2. Alerta o relatório para a necessidade de se adoptar o realismo salarial. Ficou clara a necessidade de se manter uma estreita ligação entre a evolução da produtividade em cada sector e o crescimento dos respectivos salários, sem o que as consequências poderão ser nefastas, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista social. Pela perda de competitividade das empresas, pelo eventual aumento do desemprego, pela possibilidade de

se gerar uma espiral inflacionista, com graves consequências. Os sindicatos e o os empresários realistas saberão actuar em conformidade.

3. Ficou abundantemente esclarecido na reunião, que a subida dos salários reais da função pública e o acréscimo das remunerações de alguns corpos especiais da administração pública, não tiveram a necessária e adequada contrapartida ao nível da melhoria dos serviços prestados, persistindo uma boa parte da administração pública portuguesa e a própria máquina judicial como factores de bloqueio ao desenvolvimento económico e social do país, o qual necessita de ser efectuado de modo mais acelerado.

4. Torna-se também claro, que os importantes progressos verificados no âmbito do Rendimento Mínimo Garantido, estando já numa fase decrescente de utilização de recursos financeiros, têm sido um elemento importante para a concretização de uma política social progressista.

5. A questão dos bens a produzir e dos

serviços a fornecer, deve ser prioritariamente uma preocupação dos empresários nacionais e estrangeiros que invistam em Portugal, devendo o Estado por via política, criar as melhores condições económicas, administrativas, comunicacionais e de acessibilidades que permitam o desenvolvimento dos produtos e serviços mais adequados em cada fase de desenvolvimento da economia nacional.

6. Preocupação importante ainda é o disfuncionamento de boa parte do sistema educativo nacional, sendo esse um dos factores que mais dificulta o desenvolvimento económico nacional, constituindo uma razão profunda da falta de competitividade de largos sectores do aparelho produtivo.

7. Em todo este processo, a participação na zona euro dá a Portugal uma capacidade acrescida de desenvolver as suas potencialidades económicas, criando obviamente as restrições indispensáveis a participação na zona da moeda europeia, uma das pedras angulares do processo de construção política e económica europeia.


«Os patrões só não pedem eleições antecipadas porque ainda não decidiram quem é o cavalo em que vão apostar»
Helena Roseta
Visão, 28 de Junho

«Representará a conclusão da Rede Nacional de Auto-Estradas em 2007 uma falha grave da política rodoviária dos Governos PS? De modo algum»
João Cravinho
Ibidem

«Sabe-se o que certos poderes fácticos e a direita querem: privatizar o máximo de funções sociais, impedir a reforma fiscal, esvaziar o Serviço Nacional de Saúde, pôr em causa o sistema público de Segurança Social»
Manuel Alegre
Expresso, 30 de Junho

«Há potências que conseguiram moldar a PAC aos próprios interesses e que oporão resistência»
Capoulas Santos
Diário de Notícias, 2 de Julho

«Qualidade, ambiente e emprego é que devem decidir os subsídios»
Ibidem



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:
Partido Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
António José Seguro
Director-adjunto
José Manuel Viegas
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

